

Prospecto da Distribuição Pública da 1ª Série de Quotas Seniores do

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS SILVERADO OUTLIER

CNPJ/MF nº 10.340.515/0001-94



Distribuição Pública da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Silverado Outlier (a “Oferta”), totalizando:

R\$25.000.000,00

Protocolo do Pedido de Registro à CVM em 30 de outubro de 2008

Código ISIN: BROUTLCTF004

Categoria ANBID: FIDC-NP

Classificação Preliminar de Risco das Quotas Seniores: BB -

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS SILVERADO OUTLIER (o “Fundo”) é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional (o “CMN”), pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução nº 393 de 22 de julho de 2003, pela Instrução nº 435 de 10 de julho de 2006, pela Instrução nº 442 de 11 de dezembro de 2006, pela Instrução nº 446 de 21 de dezembro de 2006 (a “Instrução CVM 356” e “CVM”, respectivamente), pela Instrução nº 444, de 08 de dezembro de 2006 da CVM (a “Instrução CVM 444”) e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado e destina-se a adquirir, preponderantemente, direitos e títulos de crédito representados por duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário ou todo e qualquer outro título representativo de créditos incluindo, mas não se limitando, a ordens judiciais de pagamento e contratos de qualquer natureza, desde que com objeto lícito (os “Documentos de Crédito”), originados de operações em qualquer segmento lícito da economia, em sua aquisição, vencidos ou a vencer, futuros ou já formalmente constituídos sem qualquer limitação quanto ao tipo de direito de crédito ou da Cedente (os “Direitos de Crédito”).

Serão objeto de distribuição pública pela Coordenadora no mínimo 01 e no máximo 25 (vinte e cinco) Quotas Seniores, em bolsa de valores de valores ou entidade de balcão organizado, por meio da CETIP, com Valor Unitário de Emissão de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas, perfazendo o valor total de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).

O Fundo foi constituído em 11 de setembro de 2008 e seu regulamento (o “Regulamento”) e o respectivo ato de constituição foi registrado no 3º Cartório de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, na mesma data, sob o nº 905448 e foi alterado em 20 de outubro de 2008 e em 18 de dezembro de 2008, havendo referidas alterações sido registradas perante o 3º Cartório de Títulos e Documentos respectivamente em 20 de outubro de 2008 e em 18 de dezembro de 2009, em ambos os casos sob o nº 907863. A Oferta está registrada na CVM desde, 02 de fevereiro de 2009, sob o nº CVM/SRE/RFD/2008/2009/004. O Fundo é administrado pela BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares (a “Administradora”).

O investimento no Fundo sujeita o investidor a riscos, que deverá ler a seção “Fatores de Risco”, conforme descrito nas páginas 28 a 33 deste Prospecto. Ainda que a Administradora e a gestora mantenham um sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo (a “Carteira”), não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo e para o investidor. O Fundo não conta com garantia da sua Administradora, da gestora do custodiante, da coordenadora, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de Termo de Adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, da sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida à Administradora, dos riscos associados ao investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio Líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda do capital, parcial ou total, investido pelo investidor.

Este Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento, exclusivamente para fins de “hedge”, conforme o Capítulo VII do regulamento do Fundo. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os quotistas.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. Antes de decidir aplicar recursos no Fundo, recomendamos ao investidor a leitura cuidadosa deste Prospecto e do Regulamento, com especial atenção às informações que tratam do objetivo e da política de investimento do Fundo, da composição da carteira do Fundo, e das disposições deste Prospecto e do Regulamento que tratam dos fatores de risco. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

“ACVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas.”

“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das quotas deste Fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Administradora e das demais instituições prestadoras de serviços.”

Administradora e Coordenadora

Consultora de Crédito

GESTORA



Custodiante

Assessores Legais

Agência de Rating

Auditor Independente



SOUZA, CESCON AVEDISSIAN, BARRIEU E FLESCHE
Advogados



A Coordenadora desta emissão é BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A data deste Prospecto é 24 de julho de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

<i>DEFINIÇÕES</i>	3
<i>IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DA COORDENADORA, DE CONSULTORES E AUDITORES</i>	9
<i>DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DA COORDENADORA DO FUNDO</i>	10
<i>DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES</i>	10
<i>CARACTERÍSTICAS DA OFERTA</i>	12
<i>CARACTERÍSTICAS DO FUNDO</i>	16
FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO	16
O FUNDO	17
BASE LEGAL.....	17
PÚBLICO ALVO	17
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	17
OBJETIVO DE INVESTIMENTO.....	18
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	18
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
RAZÃO DE GARANTIA.....	20
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS	20
<i>CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS DO FUNDO</i>	23
FORMA E ESPÉCIE	23
EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES	23
EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS	23
PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO	24
EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS	24
AMORTIZAÇÃO E RESGATE.....	24
PAGAMENTO AOS QUOTISTAS	25
NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	25
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO.....	25
ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	26
POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	27
ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS	27
<i>FATORES DE RISCO</i>	28
RISCOS DE MERCADO	28
RISCOS DE CRÉDITO	29
RISCO DE LIQUIDEZ	29
RISCO OPERACIONAL	31
OUTROS RISCOS	32
<i>INFORMAÇÕES SOBRE ORIGINADORES, DEVEDORES OU COOBRIGADOS</i>	34

<i>LIQUIDAÇÃO DO FUNDO</i>	35
EVENTOS DE AVALIAÇÃO.....	35
<i>ASSEMBLÉIA GERAL</i>	37
COMPETÊNCIA.....	37
PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO.....	37
<i>REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO</i>	39
<i>TAXAS E ENCARGOS DO FUNDO</i>	40
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.....	40
TAXA DE CONSULTORIA.....	40
DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO.....	40
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO.....	40
TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS.....	41
TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO.....	42
<i>PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO</i>	43
ADMINISTRADORA, COORDENADORA E COLOCADORA DAS QUOTAS DO FUNDO.....	43
GESTORA.....	43
CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO.....	44
CONSULTORA E FIEL DEPOSITÁRIO.....	45
AUDITORIA.....	46
<i>INFORMAÇÕES SOBRE OS DIREITOS DE CRÉDITO</i>	47
ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	47
CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	47
PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	47
LIMITES DE CONCENTRAÇÃO.....	49
CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	49
TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	50
FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	50
INADIMPLEMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	50
POLÍTICA DE COBRANÇA.....	51
GARANTIAS E REFORÇOS DE CRÉDITO.....	51

ANEXOS

ANEXO	DOCUMENTO	PÁGINA
ANEXO I	REGULAMENTO DO FUNDO.....	55
ANEXO II	SUPLEMENTO DO REGULAMENTO RELATIVO À 1ª EMISSÃO DE QUOTAS SENIORES.....	117
ANEXO III	RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS SENIORES.....	121

DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Prospecto (estejam no singular ou no plural), têm o significado a eles atribuídos nesta seção.

Administradora	é a BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Agente Escriurador	é o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.
Agentes de Recebimento	é o Banco Bradesco S.A..
Amortização Programada	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização Programada, conforme previsto no Suplemento da respectiva série.
Assembléia Geral	é a Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXII do Regulamento.
Ativos Financeiros	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido.
Auditor Independente	é a KPMG Auditores Independentes.
BACEN	é o Banco Central do Brasil.
Cedentes	são todas as pessoas físicas ou jurídicas que venham a ceder Diretos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão e Termos de Cessão.
CETIP	é a Câmara de Custódia e Liquidação e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários.
Condições de Cessão	são as condições para aquisição de Direitos de Crédito, estipuladas no Artigo 10 do Regulamento.
Consultora	é a Silverado Informações Cadastrais Ltda, ou sua sucessora a qualquer título.
Conta do Fundo	é a conta corrente de titularidade do Fundo, a ser por ele mantida junto ao Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão na agência 001, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo
Contas de Recebimento	(i) é a conta-corrente de titularidade do Fundo, a ser por ele mantida junto ao Banco Bradesco S.A., bem como (ii) as contas bancárias a serem abertas e mantidas pelo Fundo junto aos Agentes de Recebimento, e (iii) as contas bancárias abertas e mantidas por Cedentes, exclusivamente para o recebimento de pagamentos relativos a operações de cessão por elas contratadas com o Fundo, as quais só podem ser movimentadas por estes, exclusivamente na forma estabelecida no respectivo Contrato de Agente de Recebimento;

Contrato de Agente de Recebimento	são os Contratos de Prestação de Serviço para recebimento dos valores dos Direitos de Crédito, celebrado entre o Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada um dos Agentes de Recebimento.
Contrato de de Cessão	é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, e cada Cedente, e seus Termos de Cessão.
Contrato de Cobrança	é o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança, a ser celebrado entre a Administradora, o Custodiante e a Consultora.
Contrato de Consultoria	é o Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, e a Consultora.
Contrato de Custódia	é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros e Controladoria para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo.
Contrato de Distribuição	é o Contrato de Distribuição Pública da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundos, firmado entre a Coordenadora e a Administradora, em nome do Fundo.
Contrato de Escrituração	é o Contrato de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo.
Contrato de Serviços de Auditoria Independente	é o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria, firmado entre a Auditoria Independente e a Administradora, em nome do Fundo.
Critério de Elegibilidade	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 11 do Regulamento.
Custodiante	é o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.
CVM	é a Comissão de Valores Mobiliários.
Data da 1ª Subscrição de Quotas	é a data da 1ª subscrição de Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo.
Data de Aquisição	é a data de aquisição e pagamento prevista no Artigo 10 do Regulamento.
Data de Resgate	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, conforme indicada no Suplemento da respectiva série.
Datas de Amortização	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembléia Geral de Quotistas, conforme o caso.

Devedores	são todas as pessoas físicas ou jurídicas contra quem os Cedentes têm Direito de Crédito, de acordo com os respectivos Títulos de Crédito.
Dia Útil	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário nacional, ou que não funcionar o mercado financeiro.
Direitos de Crédito Elegíveis	significa os Direitos de Crédito que satisfaçam cumulativamente, na Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade, conforme definido no Artigo 12 do Regulamento.
Direitos de Crédito	são todos os direitos de crédito individualmente representados por duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário ou todo e qualquer outro título representativo de créditos incluindo, mas não se limitando, a ordens judiciais de pagamento e contratos de qualquer natureza, desde que com objeto lícito, originados de operações em qualquer segmento lícito da economia, em sua aquisição, vencidos ou a vencer, futuros ou já formalmente constituídos sem qualquer limitação quanto ao tipo de direito de crédito ou da Cedente.
Direitos de Crédito a Vencer	os Direitos de Crédito que em sua Data de Aquisição não estejam vencidos.
Direitos de Crédito Vencidos	os Direitos de Crédito que em sua Data de Aquisição estejam vencidos.
Documentos de Crédito	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 2º, Parágrafo Único do Regulamento.
Documentos da Operação	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Títulos de Crédito, Contrato de Cessão e seus Termos de Cessão, Regulamento e seus Suplementos, Contrato de Escrituração, Contrato Custódia, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Agente de Recebimento, Contrato de Serviço de Classificação de Risco, Contrato de Depósito.
Encargos do Fundo	tem o significado que lhes é atribuído no Artigo 57 do Regulamento.
Eventos de Avaliação	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 50 do Regulamento.
Eventos de Liquidação	são os Eventos de Avaliação que, após deliberação da Assembléia Geral, sejam considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Artigo 52 do Regulamento.
Fundo	é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Silverado Outlier.

Gestora	é a BNY Mellon Ativos FinanceirosLtda.
IGP-M	é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Instituições Autorizadas	<p>São as seguintes instituições financeiras e suas afiliadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Banco ABN-AMRO Real S.A.; • Banco Citibank S.A.; • HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; • Banco Santander S.A.; • ING Bank N.V.S.A.; • Banco do Brasil S.A.; • Banco Bradesco S.A.; • Banco Itaú S.A.; • Banco Unibanco S.A.; • Banco UBS Pactual S.A.; • Banco Safra S.A.; e • Banco Votorantim S.A.
Instrução CVM 209	é a Instrução nº 209 da CVM, de 25 de março de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM 356	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada..
Instrução CVM 391	é a Instrução nº 391 da CVM, de 16 de julho de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 400	é a Instrução nº 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409	é a Instrução nº 409 da CVM, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM 444	é a Instrução nº 444 da CVM, de 08 de dezembro de 2006, conforme alterada.
Investidores Qualificados	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios – não padronizados.
Meta de Rentabilidade Prioritária	é a meta de remuneração de cada série de Quotas Seniores estabelecida no respectivo Suplemento, de acordo com o Regulamento.
Obrigações do Fundo	são todas as obrigações do Fundo previstas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, à remuneração e amortização, e ao resgate das Quotas.
Patrimônio Líquido	significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo referidas no Capítulo XX do Regulamento e às provisões referidas no Capítulo XVIII do Regulamento.

Periódico	é o jornal Valor Econômico.
Política de Cobrança	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito descrita no Anexo IV do Regulamento.
Quotas Seniores em Circulação	é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria.
Quotas Seniores	são as quotas da classe sênior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries.
Quotas Subordinadas em Circulação	é a totalidade das Quotas Subordinadas emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria.
Quotas Subordinadas	são as quotas da classe subordinada, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições.
Quotas	são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas.
Quotistas	são os titulares das Quotas.
Quotistas Seniores	são os titulares das Quotas Seniores.
Quotistas Subordinados	são os titulares das Quotas Subordinadas.
Razão de Garantia	é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do patrimônio do Fundo e a parcela do patrimônio líquido do Fundo equivalente às Quotas Seniores.
Regulamento	é o regulamento do Fundo.
Resgate Antecipado	é o resgate antecipado das Quotas promovido pelo Fundo nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 31 do Regulamento.
Relação Mínima:	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Único do Artigo 50 do Regulamento;
Resolução CMN 2.907	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001.
SELIC	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
Suplemento	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 30, §1º do Regulamento.
Taxa de Administração	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 18 do Regulamento.
Taxa de Consultoria	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 25 do Regulamento.

Taxa DI	<p>Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis.</p> <p>No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores.</p> <p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso.</p>
Termo de Adesão ao Regulamento	<p>é o documento por meio do qual o Quotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Anexo II do Regulamento.</p>
Valor Unitário de Emissão	<p>é o valor unitário de emissão das Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, na Data da 1ª Subscrição de Quotas da respectiva série, que deverá ser de, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).</p>
Valor Unitário de Referência	<p>significa (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores da série em seu respectivo Suplemento. sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.</p>

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DA COORDENADORA, DE CONSULTORES E AUDITORES

Administradora e Coordenadora da Colocação das Quotas	Consultora
BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. At.: Srta. Carla Lopes Av. Presidente Wilson 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, Rio de Janeiro - RJ Telefone: (21) 3974-4618 Fac-símile: (21) 3974-4501 E-mail: fidc@bnymellon.com.br Internet: www.bnymellon.com.br	Silverado Informações Cadastrais Ltda. At.: Sr. Manoel Teixeira de Carvalho Neto Av. Vereador José Diniz, nº 3725, conj. 51, São Paulo - SP Telefone: (11) 5096-8190 Fac-símile: (11) 5542-4302 E-mail: infocad@silverado.net
Gestora	Custodiante e Agente Escriturador
BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda. At.: Sergio Lima Av. Borges de Medeiros, nº 663, salas 401, 402 e 403 Rio de Janeiro - RJ Telefone: (21) 2510-9900 Fac-símile: (21) 2510-9901 Email: fidc@bnymellon.com.br Internet: www.bnymellon.com.br	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão At.: Sr. Reginaldo Moraes da Cruz e/ou Sr. Mário Sérgio Ruoco Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º, 14º e 15º andares São Paulo - SP Telefone: (11) 2113-5477 / 2113-5370 Fac-símile: (11) 2113-5170 E-mail: reginaldo.cruz@db.com / mario.ruoco@db.com Internet: www.deutsche-bank.com.br
Consultores Legais	Auditores Independentes
Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados At: Sr. Joaquim Oliveira Rua Funchal, 418, 11º andar São Paulo - SP Tel: (11) 3089-6500 Fac-símile (11) 3089-6565 E-mail: scbf@scbf.com.br Internet: www.scbf.com.br	KPMG Auditores Independentes At.: Sr Bruno Gomes Rua Dr. Renato Pares de Barros, nº 33 Fone: (11) 2183.3000 Fax: (11) 2183.3001 E-mail: brodrigues@kpmg.com.br

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DA COORDENADORA DO FUNDO

A BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na pessoa de seu diretor, Sr. José Carlos Lopes Xavier de Oliveira, declara, na condição de Administradora e de Coordenadora da Oferta que: (i) o presente Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Quotas do Fundo; e (ii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta, constantes do presente Prospecto e fornecidas ao mercado durante a oferta, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES

Relação entre a Administradora e o Custodiante

Na data deste Prospecto, a Administradora encontra-se responsável pela administração de 11 (onze) fundos de investimento em direitos creditórios que são custodiados pelo Custodiante, sendo que a contratação e remuneração paga ao Custodiante, exclusivamente pela prestação dos serviços de custódia, é efetuada, individualmente, por cada um desses fundos, com vigência pelo prazo de duração do mesmo. A remuneração decorrente destas contratações varia de 0,025% a.a. (vinte e cinco milésimos ao ano) do patrimônio líquido do fundo a 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos ao ano) do patrimônio líquido do fundo por ano, sujeito a mínimo mensal de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e um máximo mensal de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) sujeitos às características específicas de cada carteira de recebíveis.

Relação entre a Administradora e a Gestora

Na data deste Prospecto identificamos a existência de outros fundos administrados pela Administradora que contam com a prestação de serviços da Gestora. Em todas estas relações a remuneração dos citados prestadores de serviços está contida nas taxas de administração e/ou performance, estando, portanto, limitadas ao valor destas. Tais contratações vigem, em regra, pelo prazo de duração dos respectivos fundos de investimento.

Relação entre a Administradora e a Consultora

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Consultora não mantinham qualquer relacionamento comercial ou qualquer ligação contratual relevante além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão da Consultora ter sido contratada para realizar a consultoria de investimento de um fundo de investimento em direitos creditórios administrado pela Administradora, e do estudo da possibilidade de contratação da Consultora para atuar como consultora de crédito de um outro fundo de investimento em fase de constituição e que será administrado pela Administradora. Os honorários da Consultora pelos serviços por ela prestados a cada um dos fundos administrados pela Administradora são independentes entre si e encontram-se estabelecidos nos respectivos Contratos de Prestação de Serviços de Análise de Crédito celebrado entre a Consultora e cada um dos fundos, representado pela Administradora.

Caso a Administradora venha a contratar a Consultora para atuar como consultora de crédito de novos fundos, tais novos relacionamentos serão objeto de novos contratos específicos a serem celebrados entre a Consultora e tais fundos, representados pela Administradora, sendo as responsabilidades e remuneração da Consultora estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo, sendo, portanto, independentes do relacionamento mantido entre a Consultora e a Administradora em função do presente Fundo.

Relação entre a Administradora e o Auditor Independente

Na data deste Prospecto, a Administradora encontra-se responsável pela administração de aproximadamente 800 (oitocentos) fundos de investimentos que são auditados pelos Auditores Independentes. Os honorários de auditoria são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

Os honorários para a auditoria do Fundo foram aprovados pela Administradora no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Com base nas propostas de auditoria aprovadas pela Administradora até a data deste Prospecto, para todos os fundos de investimento por ela administrados e auditados pelos Auditores Independentes, o valor dos honorários de auditoria não superam o valor individual por fundo de R\$30.000,00 (trinta mil reais).

Além dos serviços de auditoria externa, a Administradora não contratou serviços dos Auditores Independentes relacionados aos fundos por ela administrados. A política adotada pela Administradora atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

Relação entre a Gestora e o Custodiante

Na data deste Prospecto, o Gestor e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial ou qualquer ligação contratual relevante, além daqueles descritos neste Prospecto, e do relacionamento existente em razão do Gestor ser gestor de outros fundos de investimento que têm como prestador dos serviços de custódia o Custodiante, sendo que nesses casos, não há relação contratual entre eles.

Relação entre a Gestora e os Auditores Independentes

Na data deste Prospecto, o Gestor e os Auditores Independentes não mantinham qualquer relacionamento comercial ou qualquer ligação contratual relevante, além daqueles descritos neste Prospecto, e do relacionamento existente em razão do Gestor ser gestor de outros fundos de investimento que têm como auditor independente os Auditores Independentes, sendo que nesses casos, não há relação contratual entre eles. Ainda, os Auditores Independentes atuam como auditores de outras sociedades do grupo do qual a Gestora faz parte.

Relação entre o Custodiante e os Auditores Independentes

Na data deste Prospecto, o Custodiante e os Auditores Independentes não mantinham qualquer relacionamento comercial ou qualquer ligação contratual relevante, além daqueles descritos neste Prospecto, e do relacionamento existente em razão do Custodiante ser custodiante de outros fundos de investimento que têm como prestador dos serviços de auditoria os Auditores Independentes, sendo que nesses casos, não há relação contratual entre eles.

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Este sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “FATORES DE RISCO”, bem como o Regulamento do Fundo, constante do Anexo I a este Prospecto.

Emissor	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Silverado Outlier, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da CVM 356, Instrução da CVM 444, da Resolução CMN 2.907 e do seu Regulamento.
Cedentes dos Direitos Creditórios	são todas as pessoas físicas ou jurídicas que venham a ceder Diretos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão e Termos de Cessão.
Direitos de Crédito	são todos os direitos e títulos representativos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, oriundos de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, de acordo com a atividade específica de cada um dos Cedentes e as operações realizadas entre estes e seus respectivos Devedores.
Instituição Administradora	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Coordenadora	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada.
Custodiante	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 13º, 14º e 15º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Auditor	KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº33, inscrita no CNPJ/MF sob nº 057.755.217/0001-29.
Quantidade de Quotas Seniores da 1ª Série	25 (vinte cinco) Quotas Seniores
Montante da Oferta	até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais)
Quantidade Mínima de Quotas Seniores da 1ª Série	uma Quota.
Valor Mínimo de Investimento	R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
Data de Emissão da 1ª Série	1º de novembro de 2008, data da primeira subscrição da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo.

Datas de Amortização Programadas das Quotas Seniores da 1ª Série	As Quotas Seniores serão amortizadas nas seguintes datas: (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 17º mês a contar da Data de Emissão, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo, no dia 30 do 29º mês a contar da Data de Emissão, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 41º mês a contar da Data de Emissão, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; e (iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 53º mês a contar da Data de Emissão, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente.
Data de Resgate	Dia 30 do 65º mês a contar da Data de Emissão.
Período de Carência da 1ª Série	Não há período de carência para o pagamento das Amortizações Programadas pelo Fundo.
Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores da 1ª Série	175% da Taxa DI.
Prazo de Distribuição das Quotas Seniores	180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cada série.
Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores da 1ª Série	A Coordenadora realizará a distribuição pública das Quotas Seniores em mercado de balcão organizado, por meio da CETIP . A Oferta será conduzida pela Coordenadora, sob o regime de melhores esforços.
Negociação	As Quotas serão registradas para negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado, na CETIP, de acordo com a legislação vigente, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência das Quotas de sua titularidade; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.
Forma de Subscrição e Integralização	No ato de subscrição das Quotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição, que também será assinado pela Administradora; e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas Seniores subscritas conforme o previsto no Suplemento de distribuição das Quotas Seniores da 1ª Série, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento.
Aplicação dos Recursos pelo Fundo	Os recursos provenientes da emissão das Quotas Seniores serão utilizados, pelo Fundo, na aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.
Público Alvo	Investidores Qualificados.

Publicações

As publicações a cargo do Fundo, inclusive o anúncio das datas de início e término da Oferta bem como qualquer outro anúncio relacionado a ela, serão realizadas no jornal “Valor Econômico”, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta

Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início da Oferta e o investidor, no momento de aceitação à Oferta, declarará que está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de revogação da Oferta ou desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelo investidor serão devolvidos, sem juros nem correção monetária e sem reembolso.

Cronograma das Etapas da Oferta

A Oferta seguirá o cronograma tentativo abaixo:

EVENTO	DATAS INDICATIVAS*
Protocolo do pedido de registro na CVM	30.10.08
Disponibilização do Prospecto	1º.11.08
Registro da Emissão na CVM	22.12.08
Publicação do Anúncio de Início	23.12.08
Final do Prazo de Distribuição	22.06.09
Publicação do Anúncio de encerramento da Oferta	26.06.09

*As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e antecipações.

A partir da data de publicação do Anúncio de Início e enquanto não tiver sido publicado o Anúncio de Encerramento, o que deve ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses contados da publicação do Anúncio de Início, os investidores poderão aceitar a Oferta Quotas Seniores e subscrevê-las junto à Administradora.

Data de Início e Término da Oferta

A presente Emissão somente terá início após (a) a obtenção do registro da Emissão na CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início, que deverá ocorrer imediatamente após a data da concessão do referido registro pela CVM; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores. A colocação das Quotas Seniores deverá ser efetuada até 22 de junho de 2009, 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição da 1ª Série (23 de dezembro de 2008).

Findo o período de distribuição, deverá ser publicado Anúncio de Encerramento da Oferta.

Maiores Informações

Para maiores informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à sede da Administradora e Coordenadora da Oferta, ou seus respectivos sites na Internet, nos endereços indicados abaixo:

Administradora e Coordenadora:

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares,
Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (21) 3974-4518

Fac-símile: (21) 3974-4501

<http://www.bnymellon.com.br/sf/pages/content/investmentfunds/fund.aspx?iditem=937>

Gestora:

BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.

Av. Borges de Medeiros, nº 633, salas 401, 402 e 403,
Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (21) 2510-9900

Fac-símile: (21) 2510-9901

<http://www.bnymellon.com.br/sf/pages/content/investmentfunds/fund.aspx?iditem=937>

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111

Rio de Janeiro, RJ

ou

Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares

São Paulo - SP

www.cvm.gov.br

Exemplares impressos do Prospecto estão disponíveis para retirada, pelos interessados, no endereço da Administradora acima indicado.

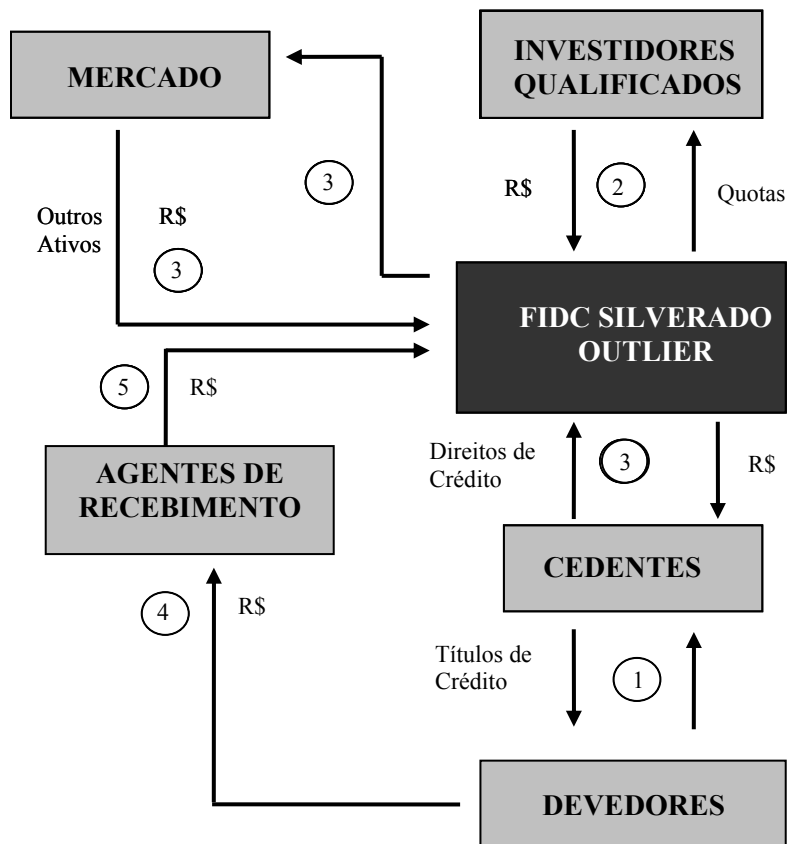
O Prospecto está disponível para consulta e reprodução, nas páginas da rede mundial de computadores da Administradora e Coordenadora e da CVM.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

As informações contidas nesta Seção foram retiradas do Regulamento, constante do Anexo I ao presente Prospecto. Recomenda-se ao potencial investidor a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo.

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação da Carteira estabelecidos no Regulamento.

FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO



1. As operações realizadas nos segmentos lícitos da economia entre Cedentes e Devedores constituem Direitos de Crédito lastreados em Títulos de Crédito.
2. O Fundo capta recursos mediante a emissão de Quotas, as quais são adquiridas e integralizadas pelos Investidores Qualificados.
3. O Fundo utiliza os recursos recebidos conforme o item 2 para adquirir Direitos de Crédito dos Cedentes e outros Ativos Financeiros.
4. No vencimento dos Títulos de Crédito, os Devedores efetuam o pagamento dos valores relativos aos Direitos de Crédito junto aos Agentes de Recebimento.
5. Os Agentes de Recebimento repassam ao Fundo os valores decorrentes do pagamento dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, em até 01 (um) dia útil de seu recebimento, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 29 do Regulamento.

O FUNDO

O Fundo está constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas Seniores somente poderão ser resgatadas (i) na Data de Resgate de cada série de Quotas Seniores, (ii) por deliberação da Assembleia Geral de Quotistas, nos termos do Artigo 54, Parágrafo 3º do Regulamento, ou (iii) em virtude de sua liquidação antecipada, nos termos do Regulamento. O prazo de duração do Fundo será indeterminado. O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observado o previsto no Capítulo XX do Regulamento.

O Regulamento do Fundo foi registrado no 3º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 2008, sob o nº 905448, e foi alterado em 20 de outubro de 2008 e em 18 de dezembro de 2008, havendo referidas alterações sido registradas perante o 3º Cartório de Títulos e Documentos respectivamente em 20 de outubro de 2008 e em 18 de dezembro de 2009, em ambos os casos sob o nº 907863.

O Fundo caracteriza-se por ser multisetorial, com “multi-cedentes” e “multi-sacados”, estando o Fundo habilitado a adquirir Direitos de Crédito de diferentes Devedores, desde que tais Direitos de Crédito sejam originados preponderantemente de operações realizadas em segmentos lícitos da economia.

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão previamente selecionados pela Consultora, mediante (i) a análise da capacidade econômica e financeira das Cedentes e dos Devedores e (ii) a pré-verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V do Regulamento. Após a seleção e pré-verificação dos Direitos de Crédito pela Consultora, o Custodiante realizará a efetiva verificação do enquadramento do Direito de Crédito ao Critério de Elegibilidade previsto no Capítulo V do Regulamento.

A Consultora possui departamento técnico especializado e experiente na análise, seleção e avaliação de crédito e compra de recebíveis.

Os recebíveis adquiridos pelo Fundo não contam com limite de co-obrigação por Cedentes, ou seja, um Cedente poderá ser coobrigado em até 100% (cem por cento) dos Direitos de Crédito por ele cedidos ao Fundo. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo têm como Devedores empresas de diversos setores de atuação, sem concentração em um setor ou Devedor específicos. Não existirão limites de concentração por Cedentes e por Devedores. Ou seja, (i) o total de coobrigação e de cessão de créditos de qualquer originador ou Cedente, conforme previsto no respectivo Contrato de Cessão, poderá vir a representar até 100% (cem por cento) dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, e (ii) o total de obrigação ou coobrigação de um único Devedor dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo poderá vir a representar até 100% (cem por cento) dos créditos cedidos ao Fundo.

As operações do Fundo não contam com nenhuma garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

BASE LEGAL

O Fundo tem como base legal a Resolução CMN 2.907, a Instrução CVM 444 e a Instrução CVM 356, conforme alterações.

PÚBLICO ALVO

O Fundo é destinado aos Investidores Qualificados.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados, pelo Fundo, prioritariamente, para a aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecidas no Regulamento.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação de sua Carteira, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V do Regulamento do Fundo; e (ii) de Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos no Regulamento.

Cada série de Quotas Seniores terá características específicas, inclusive com relação à meta de rendimento das Quotas, data de resgate, datas de amortizações programadas, de acordo com as características da emissão, condições de mercado, entre outros fatores.

A rentabilidade alvo das Quotas Seniores do Fundo para as Quotas Seniores da 1ª Série é de 175% da Taxa DI.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação da Carteira estabelecidos no Regulamento, sempre observado o disposto nos Capítulos IV e V do Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis.

O Fundo é voltado preponderantemente à aplicação em Direitos de Crédito representados por duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário ou qualquer outro título representativo de créditos incluindo, mas não se limitando, a ordens judiciais de pagamentos e contratos de qualquer natureza, desde que com objeto lícito, originados de operações realizadas em qualquer segmento lícito da economia, em sua aquisição, vencidos ou a vencer, futuros ou já formalmente constituídos, sem qualquer limitação quanto ao tipo de direito de crédito ou da Cedente.

Sem prejuízo das outras modalidades de investimentos para aplicação do remanescente de seu Patrimônio Líquido, conforme descritas no item “Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” abaixo, o Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, percentual superior a 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito (a “Alocação Mínima”).

Não existirão limites de concentração por Cedentes e por Devedores. Ou seja, (i) o total de coobrigação e de cessão de créditos de qualquer originador ou Cedente, conforme previsto no respectivo Contrato de Cessão, poderá vir a representar até 100% (cem por cento) dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, e (ii) o total de obrigação de um único devedor dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo poderá vir a representar até 100% (cem por cento) dos créditos cedidos ao Fundo.

Não existirá limite de coobrigação por Cedentes, ou seja um Cedente poderá ser coobrigado em até 100% (cem por cento) dos Direitos de Crédito por ele cedidos ao Fundo.

O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora, a Gestora, seus controladores, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum da Administradora, e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, atuem na condição de contraparte, sem qualquer limitação.

Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo poderá realizar investimentos, com a parcela do Patrimônio Líquido não alocada em Direitos de Crédito, em: (i) moeda corrente nacional; (ii) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (iii) títulos de emissão do BACEN; (iv) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas “ii” e “iii” acima, contratadas com as Instituições Autorizadas; e (v) certificados e recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa de emissão das Instituições Autorizadas, exceto quotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), nos termos do § 2º do Artigo 40 da Instrução CVM 356.

Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos Ativos Financeiros, sendo que o Fundo deverá alocar no máximo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em títulos mencionados nos itens “ii” e “iii” acima, não existindo valor mínimo a ser alocado em tais títulos. O percentual máximo ora estabelecido poderá ser excedido na hipótese de realização de emissão de novas Quotas por até 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Quotas.

Demais Informações sobre a Política de Investimento

Os Direitos de Crédito e os demais Ativos Financeiros da Carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo BACEN ou pela CVM.

O Fundo poderá realizar operações de derivativos de renda fixa, exclusivamente na modalidade “com garantia”, em mercados administrados por bolsas de mercadorias e futuros e no de balcão, com o objetivo de proteger as posições da carteira do Fundo detidas à vista, tendo como contraparte as Instituições Autorizadas.

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A Carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no Capítulo VII do Regulamento. **Antes de adquirir Quotas do Fundo, o investidor deve ler cuidadosamente tal item, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.**

As aplicações nas Quotas Seniores não contam com garantia da Administradora, da Gestora, da Consultora, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro, ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos –FGC.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Fundo corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo XVIII do Regulamento.

Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, dos Devedores, dos Cedentes e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido, observado o disposto no Artigo 48 do Regulamento.

Para mais informações, veja a seção “Metodologia de Avaliação”, deste Prospecto.

RAZÃO DE GARANTIA

O Fundo contará com Razão de Garantia.

A relação mínima da Razão de Garantia será de 105% (cento e cinco por cento) do patrimônio representado pelas Quotas Seniores, até que (i) a Razão de Garantia atinja 111% (cento e onze por cento) do patrimônio representado pelas Quotas Seniores; ou (ii) transcorra o prazo de 6 (seis) meses a contar do início das atividades do Fundo, o que acontecer primeiro. Após a ocorrência de qualquer um dos referidos eventos a Razão de Garantia passará a ser igual a 125% (cento e vinte e cinco por cento). Caso a Razão de Garantia seja inferior a 111% (cento e onze) do patrimônio representado pelas Quotas Seniores, por 15 (quinze) Dias Úteis consecutivos serão adotados os seguintes procedimentos:

- (i) A Consultora informará imediatamente a Administradora, a qual deverá então comunicar, imediatamente, tal ocorrência aos Quotistas Subordinados, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, em ambos os casos com aviso de recebimento, para realizar aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas; e
- (ii) Os Quotistas Subordinados deverão subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista na alínea “a” deste parágrafo, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia.

Caso os Quotistas Subordinados não realizem o aporte adicional de recursos, a Administradora deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas, nos termos do Capítulo XX do Regulamento, para deliberar acerca do comprometimento das atividades do Fundo em razão de tal evento.

Caso a Razão de Garantia seja superior 111% (cento e onze) do patrimônio representado pelas Quotas Seniores a Administradora poderá realizar, a seu exclusivo critério, a amortização parcial das Quotas Subordinadas, do montante que exceder tal montante, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- (i) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente;
- (ii) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido sanados nos termos deliberados em Assembléia Geral; e
- (iii) desde que haja caixa disponível no Fundo em montante suficiente.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

Contrato de Cessão

Por meio do Contrato de Cessão, os Cedentes comprometem-se a ceder ao Fundo Direitos de Crédito que atendam ao Critério de Elegibilidade, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos Cedentes, em razão de sua titularidade.

Cada uma das cessões de Direitos de Crédito realizadas nos termos do Termo de Cessão compreende: (a) todos os instrumentos representativos dos Direitos de Crédito e seus respectivos anexos; e (b) os direitos decorrentes de qualquer garantia acessória, real ou fidejussória, vinculada aos Direitos de Crédito, bem como os respectivos instrumentos constitutivos.

O Fundo, por sua vez, compromete-se adquirir Direitos de Crédito dos Cedentes, durante o prazo de vigência do Contrato de Cessão, observados (i) os termos e as condições estabelecidos no Contrato de Cessão, (ii) o objetivo e a política de investimentos do Fundo e a elegibilidade dos Direitos de Crédito ofertados, e (iii) a discricionariedade da Administradora, de acordo com as orientações da Consultora.

Nos termos do Contrato de Cessão, os Cedentes se responsabilizam pela solvência ou solvabilidade dos Devedores, responsabilizando-se, ainda, civil e criminalmente, pela existência, certeza, liquidez e exigibilidade dos Direitos de Crédito, nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, bem como pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, por eventuais oposições ou exceções apresentadas pelos Devedores contra os Cedentes, o Fundo, a Administradora e o Custodiante.

A aquisição dos Direitos Creditórios é realizada em caráter definitivo. Com a aquisição dos Direitos de Crédito, o Fundo tornar-se seu titular e paga aos Cedentes, em contrapartida à cessão dos Direitos de Crédito, na Data de Aquisição definida no Termo de Cessão, o preço apurado na forma descrita no item “Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito” deste Prospecto, em razão do que os Cedentes dão ao Fundo a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, servindo o comprovante de depósito como recibo de pagamento e quitação.

Não obstante o caráter definitivo da cessão dos Direitos Creditórios, o Contrato de Cessão estabelece a obrigação de a Cedente adquirir do Fundo, em até um Dia Útil contado da solicitação deste a totalidade dos Direitos de Crédito Cedidos, por ele indicados, nas seguintes hipóteses:

- (i) questionamento por qualquer dos Devedores dos Direitos de Crédito em questão acerca da existência dos mesmos ou de qualquer vício, defeito, ou reclamação de qualquer outra natureza, no cumprimento pela Cedente de suas obrigações das quais decorram os Direitos de Crédito;
- (ii) prorrogação da data de vencimento dos Direitos de Crédito em questão sem a prévia e expressa anuência do Fundo;
- (iii) alteração ou o cancelamento, total ou parcial, por qualquer motivo, da venda de mercadorias ou da prestação dos serviços dos quais decorrem os Direitos de Crédito em questão;
- (iv) apresentação, pelo Devedor, de qualquer exceção, defesa ou outra espécie de embargo ou objeção, judicial ou extrajudicial, ao pagamento, total ou parcial, dos Direitos de Crédito em questão, com fundamento em qualquer ato ou fato de responsabilidade da Cedente;
- (v) recusa do Devedor em efetuar o pagamento do respectivo Direito de Crédito em questão na sua respectiva data de vencimento, com base em alegação de caso fortuito e/ou força maior; e/ou
- (vi) não substituição do garantidor ou apresentação de outras garantias consideradas pelo Fundo como suficientes, nos termos e prazos estabelecidos no Contrato de Cessão.

Não há previsão de acréscimo, substituição ou remoção de Direitos de Crédito da carteira do Fundo.

Contrato de Prestação de Serviços de Custódia

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, o Custodiante prestará ao Fundo os serviços de custódia dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, incluindo os serviços de que trata o Artigo 38 da Instrução CVM 356.

Contrato de Prestação de Serviços de Controladoria e Escrituração

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Controladoria e Escrituração, o Custodiante prestará ao Fundo os serviços de controladoria e escrituração de Quotas.

Contrato de Prestação de Serviços de Análise de Crédito

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Análise de Crédito, a Consultora prestará ao Fundo serviços de consultoria e assessoria para análise e seleção de Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo.

Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente, o Auditor Independente foi contratado pelo Fundo para realizar a revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

Contrato de Prestação de Serviços de Agente de Recebimento

Por meio de Contratos de Prestação de Serviço de Agente de Recebimento, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, poderá contratar Agentes de Recebimento para prestar, em caráter não discricionário, serviços de recebimento, conciliação e transferência de valores, compreendendo as seguintes obrigações: (a) receber a totalidade dos valores repassados pelos Cedentes nas Contas de Recebimento; (b) conciliar os valores depositados pelos Devedores e identificar os Direitos de Crédito que foram liquidados; e (c) repassar os valores dos Direitos de Crédito recebidos para o Fundo.

Até a data deste Prospecto, a Administradora havia firmado, por conta e ordem do Fundo, Contrato de Agente de Recebimento com o Banco Bradesco S.A.

Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança, a Consultora prestará serviços de cobrança, judicial e extrajudicial, dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira do Fundo, cujos pagamentos não sejam efetuados pelos Devedores em favor do Fundo, nas respectivas datas de vencimentos.

A Consultora não é responsável, no entanto, pelos resultados obtidos na implementação da Política de Cobrança descrita no Anexo V do Regulamento nem pelo pagamento ou liquidação dos Direitos de Crédito dos Devedores que estejam inadimplentes com o Fundo.

Contrato de Depósito

Por meio do Contrato de Depósito, o Custodiante foi contratado para atuar como depositário, dos originais de todos os Documentos de Crédito relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, sob as penas previstas na legislação aplicável, como se seus fossem, na forma do depósito voluntário, conforme previsto no Artigo 627 do Código Civil Brasileiro.

Sem prejuízo de suas demais responsabilidades previstas no Contrato de Depósito, o Fundo, com a anuência do Custodiante contratou a Consultora a função de guarda física dos Documentos de Crédito, conforme permitido pelo Regulamento.

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS DO FUNDO

FORMA E ESPÉCIE

As Quotas terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

As Quotas constituem frações ideais do patrimônio do Fundo e serão divididas em duas classes: Quotas Seniores e Quotas Subordinadas.

As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns: (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento; (b) Valor Unitário de Emissão de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); (c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, de acordo com os critérios definidos no Capítulo XIII do Regulamento; e (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá a 1 (um) voto.

As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações: (a) subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto no Regulamento; (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação; (c) Valor Unitário de Emissão de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, observados os critérios definidos no Artigo 38 do Regulamento; e (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá a 1 (um) voto.

EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES

O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos, na forma do Artigo 30 do Regulamento; e
- a emissão de Quotas Seniores seja levada a registro, ou se obtenha dispensa de registro, perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356.

Exceto pelos termos e condições previstos no Suplemento de cada série, as séries conferirão aos respectivos Quotistas os mesmos direitos, privilégios e vantagens, sendo expressamente vedada a emissão de série que confira aos seus titulares direitos, privilégios e vantagens distintos.

O valor total das Quotas Seniores será equivalente ao somatório do valor das Quotas Seniores de cada série, corrigidas segundo a meta prioritária de rentabilidade ou o valor resultante da divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas Seniores, o que for menor.

EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS

O Fundo poderá emitir Quotas Subordinadas, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas. As Quotas Subordinadas somente poderão ser negociadas privadamente e entre Investidores Qualificados, sendo vedada seu registro para negociação em mercado de balcão, organizado ou não.

PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO

As Quotas Seniores serão publicamente distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cada série.

As Quotas Seniores da 1ª Série serão publicamente distribuídas até 22 de junho de 2009, 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição da 1ª Série (23 de dezembro de 2008).

Tendo em vista que ainda não são conhecidas as datas para início e término da Oferta, estas serão anunciadas na forma indicada no item “Publicações”, constante da seção “Características da Oferta” acima.

EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

As Quotas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 37 e 38 do Regulamento, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Não será cobrada taxa de ingresso pela Administradora.

A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores de cada série, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, nos termos do Capítulo XIII do Regulamento.

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores têm como finalidade definir o valor de integralização de Quotas Seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, conforme calculado anteriormente, na respectiva Data de Amortização, ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa as Quotas Seniores.

A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo.

AMORTIZAÇÃO E RESGATE

As Quotas Seniores de cada série serão resgatadas integralmente pelo Fundo na respectiva Data de Resgate estabelecida para cada Série em seu respectivo Suplemento, observado o previsto no Capítulo XIV do Regulamento.

As Quotas Subordinadas poderão ser resgatadas integralmente pelo Fundo nos termos do Artigo 46 do Regulamento.

O Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas no Regulamento e no respectivo Suplemento.

PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 47 do Regulamento, o Custodiante, instruído pela Administradora, seguindo orientações da Consultora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 37 e 38 do Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas na hipótese prevista no Artigo 52 do Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 37 e 38 do Regulamento.

A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN que venha a substituí-las, servindo o comprovante de depósito como recibo. Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização, ou Data de Resgate, conforme o caso. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no § 5º do Artigo 54 do Regulamento, em Direitos de Crédito.

A ocorrência de feriado na cidade ou estado em que esteja sediada a Administradora não alterará a data prevista para qualquer pagamento devido aos Quotistas. Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, ou seja, feriado na cidade de São Paulo, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil, ou no primeiro Dia Útil da cidade ou estado de São Paulo, conforme o caso, imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

As Quotas Seniores serão registradas para negociação na CETIP, de acordo com a legislação vigente, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas.

Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas, cabendo exclusivamente aos eventuais intermediários na negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Na hipótese de negociação de Quotas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador somente após a verificação, pelo intermediário, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Os Direitos de Crédito, que em sua Data de Aquisição estejam a vencer (os “Direitos de Crédito a Vencer”), serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis, pelo número de Dias Úteis a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável. Na hipótese de vencimento dos Direitos de Crédito a Vencer sem que esses sejam pagos, os mesmos deverão ser objeto de constituição de provisão nos termos do Artigo 49 do Regulamento.

Os Direitos de Crédito que em sua Data de Aquisição estejam vencidos (os “Direitos de Crédito Vencidos”) serão contabilizados com base em seu custo de aquisição na data de assinatura do respectivo Contrato de Cessão ou Termo de Cessão por meio do qual foram, adquiridos e permanecerão contabilizados por tal valor até (i) que ocorra seu efetivo pagamento ou (ii) que o crédito seja considerado extinto por decisão judicial irreversível.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito a Vencer, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Os Direitos de Crédito Vencidos não serão objeto (a) de apropriação de rendimentos e/ou multas de mora; e (b) de aplicação de regras para provisão de devedores duvidosos.

Os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado).

O Fundo terá escrituração contábil própria. Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito a Vencer, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Os Direitos de Crédito Vencidos não serão objeto (a) de apropriação de rendimentos e/ou multas de mora; e (b) de aplicação de regras para provisão de devedores duvidosos.

As perdas e provisões com os Direitos de Crédito a Vencer serão reconhecidas no resultado do período conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

O Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito a Vencer em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a totalidade dos valores relativos a Direitos de Crédito a Vencer devidos e não pagos ao Fundo como perda. Não obstante, não será constituída provisão para devedores duvidosos em relação aos Direitos de Crédito a Vencer que, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, sejam classificados como “nível AA” ou “nível A”. Adicionalmente, também não será constituída provisão para devedores duvidosos em relação aos Ativos Financeiros.

As provisões para devedores duvidosos atingirá os demais Direitos de Créditos do mesmo devedor inadimplente, ou seja, será estabelecido um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas por se referirem a Direitos de Crédito A Vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado “efeito vagão”.

Na hipótese de existência de Direitos de Crédito a Vencer, com atrasos superiores a 181 (cento e oitenta e um) dias na carteira do Fundo, a Consultora poderá empreender seus esforços para identificar potenciais compradores para tais Direitos de Crédito.

Caso os Direitos de Créditos a Vencer que tenham sido inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os mesmos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Diariamente, a partir da 1ª Subscrição de Quotas Seniores da primeira série até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga, conforme orientação da Consultora, a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência: (a) pagamento dos Encargos do Fundo; (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento; (c) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas Seniores específica; e (d) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico; e (ii) correio eletrônico e carta enviados ao Quotista, na forma do parágrafo único, do Artigo 70, do Regulamento.

As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Qualquer mudança no periódico referido acima deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio dos telefones e e-mails de atendimento ao Quotista abaixo indicados: BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

At.: Srta. Carla Lopes

Telefone: (21) 3974-4618

Fac-símile: (21) 3974-9501

Email: fidc@bnymellon.com.br

www.bnymellon.com.br

FATORES DE RISCO

Antes de decidir investir nas Quotas do Fundo, os interessados devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção.

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes, que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que a Administradora, a Gestora, o Custodiante e a Consultora não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

As aplicações dos Quotistas não contam com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, dos Cedentes, da Coordenadora, de qualquer mecanismo de seguro, ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

RISCOS DE MERCADO

Efeitos da Política Econômica do Governo Federal.

O Fundo, seus ativos, os Cedentes e os Devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Devedores, os setores econômicos específicos em que atua, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Devedores, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Devedores.

Risco de Descasamento de Taxas

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado de acordo com as Metas de Rentabilidade Prioritária atreladas à Taxa DI, conforme estabelecidas em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, a Gestora, a Consultora e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

Flutuação dos Ativos Financeiros

O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

RISCOS DE CRÉDITO

Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito

Decorre da capacidade dos Devedores em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. Em caso de instauração de pedido de falência, recuperação judicial, de plano de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Devedores ou dos Cedentes (co-obrigados dos Devedores), o Fundo poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua carteira, o que poderá afetar adversamente os resultados do Fundo.

Risco de Concentração de Cedentes e de Devedores

Não existirão limites de concentração por Cedentes e por Devedores. Ou seja, (i) o total de coobrigação e de cessão de créditos de qualquer originador ou Cedente, conforme previsto no respectivo Contrato de Cessão, poderá vir a representar até 100% (cem por cento) dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, e (ii) o total de obrigação de um único devedor dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo poderá vir a representar até 100% (cem por cento) dos créditos cedidos ao Fundo. A inexistência de limites de concentração aumenta a exposição do patrimônio do Fundo aos riscos de crédito dos Devedores e dos Cedentes e pode implicar em restrições à negociação das Quotas do Fundo e redução de sua liquidez.

Risco de Crédito Relativo aos Ativos Financeiros

Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

Risco de Insucesso nas ações de cobrança

A carteira do Fundo também poderá ser composta por Direitos de Crédito vencidos. A dificuldade na localização dos Devedores, assim como a situação patrimonial dos Devedores representa um risco adicional ao recebimento dos Direitos de Créditos.

RISCO DE LIQUIDEZ

Liquidez Relativa aos Ativos Financeiros

Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.

Liquidez Relativa aos Direitos de Crédito

O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador e/ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.

Restrição à negociação das Quotas do Fundo

A distribuição pública e negociação das Quotas do Fundo no mercado secundário está sujeita a restrições impostas pela regulamentação em vigor face à não adoção, pelo Fundo, de limite de concentração por Devedor e/ou Cedente coobrigado igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio do Fundo em relação a determinados tipos de Cedentes ou Devedores.

A não adoção, pelo Fundo, de limite de concentração igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio do Fundo em relação a Cedentes ou Devedores que (a) não sejam registrados como companhias abertas perante a CVM, ou (b) não sejam instituições financeiras ou equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condiciona a livre distribuição pública e negociação das Quotas do Fundo à apresentação das demonstrações financeiras da referida Devedora e/ou Cedente coobrigado que exceder a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, (i) relativas ao exercício social imediatamente anterior à data de constituição do Fundo elaboradas em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a regulamentação editada pela CVM, e auditadas por auditor independente registrado na CVM; e (ii) anualmente, até a data de encerramento do Fundo; ou até o exercício em que os Direitos de Crédito relativos ao referido Devedor ou Cedente deixarem de representar mais de 20% (vinte por cento) dos Direitos de Crédito que integram o Patrimônio Líquido do Fundo.

O Fundo não apresentará as referidas demonstrações financeiras dos Cedentes coobrigados e/ou das Devedoras. Tal fato implica na obrigação de o valor de emissão das Quotas do Fundo ser sempre superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais), sendo sua oferta pública destinada a no máximo 20 (vinte) investidores. Adicionalmente, a negociação das Quotas somente poderá ocorrer antes de completados 18 (dezoito) meses do encerramento da distribuição, caso: (i) o titular de Quotas aliene todas as Quotas por ele subscritas para um único investidor; ou (ii) a negociação se dê entre os titulares das Quotas. Tais restrições podem implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas. Para mais informações acerca dos riscos inerentes à não adoção, pelo Fundo, de limites de concentração veja o fator de risco “Risco de Concentração de Cedentes e de Devedores”.

Amortização e Resgate Condicionado das Quotas

As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos Devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora e a Gestora alienarem os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto a Gestora ou o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

RISCO OPERACIONAL

Falhas de Procedimento

Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pela Consultora podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.

Documentos de Crédito

O Custodiante é o responsável legal pela guarda dos Documentos de Crédito e pela verificação da regularidade e validação dos Direitos de Crédito em relação ao critério de elegibilidade estabelecido. Sem prejuízo de tal responsabilidade, o Custodiante, com a anuência da Administradora, aceita a indicação da Consultora para exercer, na condição de fiel depositário, a guarda física dos Documentos de Crédito. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos de Crédito e nos Direitos de Crédito cedidos para verificar a sua regularidade, observados os parâmetros indicados no Artigo 27 do Regulamento. Uma vez que tal auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos de Crédito apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Custodiante, a Administradora e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos de Crédito, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida originação e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

Por fim, os Documentos de Crédito serão mantidos em uma única via, não existindo cópias de segurança dos mesmos, de modo que na hipótese de seu extravio ou destruição o Fundo poderá ter dificuldades em comprovar a existência dos Direitos de Crédito aos quais se referem. A Administradora, a Gestora e a Consultora não serão responsáveis por eventuais prejuízos incorridos pelo Fundo em razão da impossibilidade de cobrança dos Direitos Creditórios decorrentes do extravio ou destruição dos referidos documentos.

Movimentação dos Valores Relativos aos Direitos de Crédito de Titularidade do Fundo

Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente nas Contas de Recebimento.

Os valores depositados nas Contas de Recebimento serão transferidos para a Conta do Fundo pelos Agentes de Recebimento, em até 01 (um) Dia Útil do seu recebimento. Apesar de o Fundo contar com a obrigação dos Agentes de Recebimento de realizarem as transferências dos recursos depositados nas Contas de Recebimento para a Conta do Fundo, caso haja inadimplemento dos Agentes de Recebimento no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas. Não há qualquer garantia de cumprimento pelos Agentes de Recebimento de suas obrigações acima destacadas.

A conciliação dos valores depositados pelos Devedores nas Contas de Recebimento e a transferência dos recursos de titularidade do Fundo para a Conta do Fundo serão realizadas pelos Agentes de Recebimento. Caso os Devedores ou a Consultora prestem informações incorretas ou imprecisas aos Agentes de Recebimento, poderá haver uma conciliação e transferência incorretas de valores à Conta do Fundo, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Ademais, em caso de alteração das Contas de Recebimento ou da Conta do Fundo, ou de substituição dos Agentes de Recebimento ou do Custodiante, os Devedores serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos de Crédito para a nova conta competente indicada pelo Fundo e repassada pela Consultora dos Devedores. Não há garantia de que os Devedores efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle do Fundo, ou de terceiros contratados como Agentes de Recebimento ou Custodiante, os terceiros que receberem tais valores em pagamento serão obrigados a restituí-los ao Fundo. Não há garantia de que tais terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

Risco de Sistemas

Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Devedores, Cedentes, Consultora, Gestora, Custodiante, Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

OUTROS RISCOS

Risco de Instrumentos Derivativos

A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “*hedge*” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

Risco de Descontinuidade

A Política de Investimento do Fundo descrita no Capítulo IV estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas, quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares dos Cedentes e da capacidade destes de originar Direitos de Crédito Elegíveis para o Fundo conforme o Critério de Elegibilidade estabelecido no Capítulo V do Regulamento e de acordo com a Política de Investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento.

Os Devedores podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações decorrentes dos Títulos de Crédito. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.

Quanto ao Risco dos Cedentes destacam-se:

- Os Cedentes não se encontram obrigados a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelos Cedentes.
- A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços realizadas entre os Cedentes e os Devedores, e devem, necessariamente, respeitar os parâmetros da Política de Investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer situação, (i) deixarem de ocorrer as referidas operações entre os Cedentes e os Devedores; e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito suficientes para cessão ao Fundo e que atendam ao Critério de Elegibilidade e a Política de Investimento, será dado causa aos procedimentos do Capítulo XX do Regulamento. Os fatores políticos e econômicos do governo e o crescimento da concorrência podem levar à diminuição da quantidade de Direitos de Crédito Elegíveis.
- Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são formalizados sob a forma dos Títulos de Crédito, com base nas operações realizadas entre os Cedentes e os Devedores. Esses Títulos de Crédito representativos dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

Riscos e Custos de Cobrança

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral. A Administradora, a Consultora, a Gestora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

Limitação de Gerenciamento de Riscos

A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

Risco Decorrente da Precificação dos Ativos

Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

Risco Decorrente da Falta de Registro dos Termos de Cessão.

As vias originais de cada Termo de Cessão não serão necessariamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos na sede do Cessionário e da Cedente. O registro de operações de cessão de créditos tem por objetivo tornar pública a realização da cessão, de modo que caso o Cedente celebre nova operação de cessão dos mesmos direitos de crédito com terceiros, a operação registrada prevaleça. A ausência de registro poderá representar risco ao Fundo em relação a Direitos de Crédito reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelo Cedente a mais de um cessionário. Assim, na hipótese de o Cedente contratar a cessão de um mesmo Direito de Crédito com mais de um cessionário, a não realização do registro poderá dificultar a comprovação de que a cessão contratada com o Fundo é anterior à cessão contratada com o outro cessionário.

Inexistência de Garantia de Rentabilidade

O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pela Consultora, pela Gestora, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Outros Riscos

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

INFORMAÇÕES SOBRE ORIGINADORES, DEVEDORES OU COOBRIGADOS

Por tratar-se de um fundo multisetorial e multicedentes, o Fundo não apresenta concentração relevante em nenhum setor específico da economia, bem como em relação a nenhum Devedor, Cedente ou grupo econômico. O Fundo apresenta grande pulverização em relação aos Cedentes, Devedores e Coobrigados não estando obrigado a observar limites de concentração para cada um desses, conforme estabelecido em seu Regulamento. Para informações acerca dos mencionados limites de concentração veja o parágrafo 1º do artigo 8º do Regulamento.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O Fundo terá prazo indeterminado, mas poderá ser liquidado mediante um evento de liquidação, descrito abaixo.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados eventos de avaliação do Fundo (os “Eventos de Avaliação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (b) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham o Critério de Elegibilidade;
- (c) cessação pela Consultora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Consultoria;
- (d) caso a Razão de Garantia não seja atendida dentro do prazo estabelecido para o reenquadramento nos termos do Capítulo XIX do Regulamento; e
- (e) o somatório do valor contábil dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos, representar, a qualquer momento: (i) 20% (vinte por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante os dois primeiros anos contados da Data da 1ª Subscrição de Quotas; (ii) 30% (trinta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante o terceiro ano após a Data da 1ª Subscrição de Quotas; e (iii) 40% (quarenta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo a partir do quarto ano após a Data da 1ª Subscrição de Quotas.

O Fundo não estará sujeito a liquidação automática. Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação será convocada Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XX do Regulamento, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembléia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral nos termos do Artigo 58 do Regulamento.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral, ela será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Na hipótese de os Quotistas deliberarem pela liquidação do Fundo, esses deverão estabelecer em Assembléia Geral, os procedimentos que deverão ser adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

No caso de decisão assemblear pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado aos Quotistas dissidentes, o resgate das Quotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e no Regulamento. Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembléia Geral em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao Artigo 15 da Instrução CVM 356, o Fundo está vedado de realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito.

Caso a deliberação da Assembléia Geral referida no parágrafo acima determine a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em Circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora e a Gestora liquidarão todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVII do Regulamento, a Administradora determinará ao Custodiante que debite à Conta do Fundo e procederá ao resgate das Quotas Seniores em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, a Administradora poderá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

Os procedimentos descritos no §4º do Artigo 54 do Regulamento poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas.

Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Avaliação e observadas as deliberações da Assembléia Geral referida no §2º do Artigo 54 do Regulamento, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores em circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Quotas Seniores serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. A Administradora deverá notificar os Quotistas, titulares das Quotas Seniores, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro; e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas Seniores fizer jus. Referido condomínio, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio. Realizados tais procedimentos, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas Seniores em Circulação.

ASSEMBLÉIA GERAL

COMPETÊNCIA

Compete privativamente à Assembléia Geral:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XV do Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento, exceção feita à inclusão de Suplementos, nos termos do artigo 30, Parágrafo 1º do Regulamento;
- (f) aprovar a substituição do Custodiante, dos Agentes de Recebimento, da Consultora e do Auditor Independente;
- (g) aprovar a cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos no Regulamento;
- (h) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
- (i) aprovar a liquidação do Fundo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação; e
- (j) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, (i) sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes; e (ii) para a inclusão de Suplementos elaborados nos termos do Anexo IV ao Regulamento.

PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta, publicação no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

A Assembléia Geral será considerada validamente instalada em primeira, convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Seniores em Circulação e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Quotistas. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

A Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, da Gestora, da Consultora, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Na hipótese de a convocação de Assembléia Geral ser realizada por meio de envio de carta ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, a Administradora deverá enviar, simultaneamente ao envio aos Quotistas, cópia da referida comunicação à Consultora.

A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

As matérias submetidas à deliberação dos Quotistas deverão ser aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral, exceto com relação a: (i) alteração da remuneração da Administradora; (ii) alteração da política de investimento e da política de concessão de crédito, estabelecidas nos Capítulos IV e VI do Regulamento, respectivamente; (iii) alteração do Critério de Elegibilidade; (iv) as matérias previstas no Artigo 57 e no Parágrafo 2º do Artigo 30 do Regulamento; (v) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas no Regulamento; e (vi) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar.

A alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas dependerão da aprovação dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas em Circulação.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos no Regulamento.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). Além disso, somente os Investidores Qualificados poderão adquirir as quotas do Fundo.

As Quotas serão registradas para negociação na CETIP, de acordo com a legislação vigente, cabendo ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente das Quotas. A integralização, a amortização e o resgate de Quotas do Fundo podem ser efetuados por documento Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Admite-se o resgate de Quotas do Fundo em Direitos de Crédito, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no parágrafo 5º, Artigo 54 do Regulamento.

O prazo para efetivação de Amortização Programada será aquele definido no Suplemento de cada série de Quotas. Se a Amortização Programada não cair em Dia Útil, os valores correspondentes serão pagos ao(s) Quotista(s) no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) Quotista(s), a qualquer acréscimo.

TAXAS E ENCARGOS DO FUNDO

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando a Administradora, a Gestora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. As despesas não previstas no Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Será devida à Administradora, a título de honorários pela atividade de administração do Fundo e outras definidas no Regulamento, uma Taxa de Administração de 2 % (dois por cento ao ano, calculada por Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo verificado no Dia Útil anterior à realização do referido cálculo, sendo que este valor não poderá ser inferior à R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) mensais.

A remuneração prevista acima será paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração

A Taxa de Administração será rateada entre a Administradora, a Gestora e a Consultora, na forma entre eles acordada e observado o disposto no Artigo 25 do Regulamento.

TAXA DE CONSULTORIA

Será devida à Consultora, a título de honorários pelas atividades estabelecidas no Regulamento, uma Taxa de Consultoria a ser deduzida da Taxa de Administração, nos termos acordados em documento celebrado entre a Administradora e a Consultora, a ser paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO

CUSTO	% EM RELAÇÃO AO VALOR DA DISTRIBUIÇÃO	MONTANTE (R\$)
Comissão de Colocação	0,00%	R\$0,00
Assessoria Jurídica	0,28%	R\$70.000,00
Taxa de Registro na ANBID	0,01%	2.000,00
Taxa de Registro na CVM	0,33%	82.870,00
Custos com Cartório	0,00%	1.000,00
Total	0,62%	153.870,00

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira, em vigor na data deste Prospecto, e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo.

Objetivo de Tratamento Tributário

O Fundo têm como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto, o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como Fundo de Investimento de Longo Prazo.

As Amortizações Programadas poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas Seniores, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração de cada série do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas Seniores à época do resgate ou da amortização de Quotas Seniores de cada série.

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS

IOF

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Quotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte.

Imposto de Renda

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

(i) Para o Quotista pessoa física residente no Brasil:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

Para fundos com carteira de longo prazo¹:

- ◇ 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ◇ 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- ◇ 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- ◇ 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

A Administradora buscará manter a Carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Quotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a Carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Para fundos com carteira de curto prazo²:

- ◇ 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ◇ 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias;

¹ Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio superior a 365 dias.

² Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

- os ganhos auferidos na alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.
- (ii) Para Quotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil³:
- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;
 - os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15%;
- (iii) Para os Quotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Quotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a: (a) Quotistas sediados em localidades de tributação favorecida, para os quais pode haver uma tributação de 25% e (b) Quotistas registrados de acordo com a Resolução nº 2.689, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida. Para essa última situação, as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação (realizada em bolsa) de Quotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores.

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO

O Fundo não tem personalidade jurídica, não estando, desse modo, sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

IOF

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

Outras Incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

³ Como regra, o imposto de renda retido na fonte – IRF será tratado como antecipação do imposto devido e a variação positiva do valor da quota integrará a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro – CSLL da pessoa jurídica.

PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

ADMINISTRADORA, COORDENADORA E COLOCADORA DAS QUOTAS DO FUNDO

O Fundo será administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, com sede na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

A Administradora foi também contratada para exercer as atividades de coordenação e colocação das Quotas do Fundo, em regime de melhores esforços.

Breve Histórico

A Administradora é uma subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, constituída especificamente para a administração de fundos de investimento no Brasil, tendo sido autorizada a administrar carteiras através do Ato Declaratório n.º 4.620 de 19 de dezembro de 1997.

A Administradora presta serviços de administração fiduciária de fundos de investimento para mais de 70% dos gestores independentes associados a ANBID e uma gama de investidores institucionais, preponderantemente fundações, seguradoras e sociedades de capitalização, com mais de R\$ 57 bilhões em ativos sob sua administração (ANBID, Outubro 2007).

A Administradora tem na administração de fundos de investimento em direitos creditórios, um volume administrado próximo de R\$ 2 bilhões. Devido ao grande crescimento da demanda no mercado pelo produto, e a preocupação com a qualidade na prestação do serviço, a Administradora criou em 2005 uma gerência exclusiva para o produto, que já coordenou a constituição de mais de 30 FIDCs.

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation. Hoje, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada em ajudar clientes a gerir ativos financeiros. Ela opera em 37 países e atende a mais de 100 mercados. A companhia é um provedor de serviços financeiros para instituições, corporações e pessoas físicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento, utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes e possui mais de US\$20 trilhões de ativos sob sua custódia e administração e US\$1 trilhão de ativos sob sua gestão.

Substituição

A Administradora poderá ser substituída através da sua renúncia, conforme previsto no Artigo 21 do Regulamento, ou por decisão da Assembléia Geral, devidamente convocada e reunida para este propósito.

GESTORA

Para a prestação dos serviços de gestão do Fundo foi contratada a BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.

Breve Histórico

A Gestora é uma subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, independente e voltada exclusivamente para a gestão de recursos de terceiros no Brasil, devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório da CVM n.º 9428, expedido em 23/07/2007.

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation.

Hoje, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada em ajudar clientes a gerir ativos financeiros. Ela opera em 34 países e atende a mais de 100 mercados. A companhia é um provedor líder de serviços financeiros para instituições, corporações e pessoas físicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento e utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes e possui mais de US\$23 trilhões de ativos sob sua custódia e administração.

Substituição

A Administradora pode contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de administração da Carteira do Fundo, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

Para a prestação dos serviços de escrituração das Quotas do Fundo, de custódia e controle dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o Artigo 38 da Instrução CVM 356, o Fundo contratou o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.

Breve Histórico

O Deutsche Bank vem prestando os serviços de custódia desde 1870 através de suas centrais estabelecidas em Nova York, Cingapura, Londres e Frankfurt sendo considerados atualmente um dos maiores custodiantes no mundo, com ativos totais sob custódia no montante aproximado de EUR 1,2 trilhões.

No Brasil, o Deutsche Bank atua desde agosto de 1911, através do "Deutsche Ueberseeische Bank" (neste mes houve a abertura de uma filial no Rio de Janeiro, sob o nome de Banco Alemão Transatlântico). Em 1930 o Deutsche Bank expandiu seus negócios no Brasil com a fusão do "Disconto - Gesellschaft AG". No decorrer da 2ª guerra, entretanto o Banco teve suspensa suas operações retornando a atuar no mercado financeiro brasileiro em 1968 quando da recuperação de sua carta patente.

Desde 18 de março de 1994, o Deutsche Bank atua como subsidiária independente no Brasil, sob o nome de Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão que pertence inteiramente ao Deutsche Bank AG, Frankfurt. No início de outubro de 1994, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, recebeu do Banco Central do Brasil, licença de banco múltiplo, podendo atuar nos mais diversos segmentos do mercado financeiro brasileiro.

No Mundo o Deutsche Bank oferece seus serviços em 73 países para seus clientes em 1.717 filiais ou agências e é uma das maiores instituições financeiras do mundo possuindo excelente reputação, o que se reflete nas excelentes avaliações concedidas pelas empresas de rating internacional como a Moody's, Standart & Poors e Fictch IBCA.

Os Serviços de Custódia é um dos focos de atuação do Deutsche Bank, com posição de destaque no cenário mundial. No Brasil, o Banco é uma instituição credenciada pela CVM para a prestação de serviços de custódia de títulos escriturais (dentre outros, Títulos Públicos Federais, Títulos Privados e de Renda Variável). O início dessa atividade data de 1994. Inicialmente oferecendo os serviços para investidores estrangeiros e em 1996, para administradores locais de recursos e investidores institucionais tais como fundos de previdência.

Substituição

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

CONSULTORA E FIEL DEPOSITÁRIO

Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante nos termos do Regulamento e na legislação e regulamentação vigente, o Custodiante, com a anuência da Administradora, indicou a Consultora para exercer, (i) na condição de fiel depositário, a guarda física dos originais dos Títulos de Crédito, seus anexos, seguros, garantias, e outros documentos que lastrearem os Direitos de Crédito (os “Documentos de Crédito”); e (ii) a cobrança de todos os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no respectivo Contrato de Consultoria, havendo a Consultora sido contratada pelo Fundo para tais serviços.

Breve Histórico

A Consultora atua desde 2001 na prestação de assessoria creditícia e cobrança exclusivamente para empresas do grupo Silverado, e é administrada pelo Sr. Manoel Carvalho, o qual se dedica exclusivamente à administração dos investimentos do Grupo Silverado, e que possui as seguintes qualificações e histórico profissional: Mestrado – MBA em 2001 pela Katz Graduate School of Business, University of Pittsburg, e graduado em 1978 pela Administração de Empresas pela FAAP Fundação Armando Alvares Penteado. Participação freqüente em cursos de curta duração em instituições de renome tais como INSEAD, AIF e CFA. Atua há 26 anos no mercado financeiro, havendo exercido as seguintes funções: **(i)** *Managing Director* do *Senior Corporate Bankers Group* do Banco BankBoston S.A., responsável pelo relacionamento global de 10 dos 80 maiores clientes corporativos do Banco no período de 1998 a 1999; **(ii)** *Managing Director Large Corporate*, responsável pelo relacionamento e prospecção de grandes clientes corporativos do Banco no período de 1997 a 1998; **(iii)** Diretor de Finanças Corporativas do Banco Rendimento S.A., responsável pelo desenvolvimento de produtos no mercado doméstico e internacional no período de 1995 a 1996; **(iv)** *Managing Director* do Banco Icatú S.A., responsável pela área corporativa e pelo desenvolvimento de produtos no mercado doméstico e internacional no período de 1992 a 1995; **(v)** *Senior Officer* da Área de Operações Estruturadas do Banco Chase Manhattan S.A., responsável por operações cambiais, de Hedge, Swap e de Export Notes; entre outros. É detentor de grande expertise na análise de risco de crédito, dedicando-se desde de 2001 à administração da Maximum Fomento Ltda. e a Silverado Maximum Desenvolvimento de Negócios Ltda., sociedades de sua propriedade que têm por principal atividade a realização de operações de *factoring*.

Substituição

O Custodiante pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços descritos no parágrafo acima, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovada pela Assembléia Geral.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Como Agência de Classificação de Risco do Fundo e das séries emitidas pelo Fundo foi contratada a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., sociedade limitada empresária, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 110, 7º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco

Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas.

Breve Histórico

A Austin Rating é uma agência classificadora de risco de crédito de origem brasileira, atuante desde 1986, tendo sido a primeira empresa nacional a conceder ratings no Brasil. Além do pioneirismo na classificação de risco de crédito, a empresa se caracteriza pelo desenvolvimento de metodologia própria, a qual adapta padrões internacionais ao mercado financeiro nacional e suas particularidades.

A credibilidade da Austin Rating junto ao mercado foi construída ao longo dos seus 20 anos de atuação no Brasil. Nesse período, a agência teve a oportunidade de acompanhar os momentos decisivos da economia nacional e internacional e de suas implicações sobre empresas nacionais e, principalmente, instituições financeiras, destacando-se pela segurança e pela independência de suas opiniões.

A manutenção da profunda confiança adquirida exige que a Austin Rating esteja permanentemente realizando investimentos na formação e atualização de seus profissionais, os quais ocorrem sob a forma de cursos nas melhores escolas de economia e finanças, palestras e eventos promovidos pelo mercado financeiro e intercâmbio de conhecimento com estudantes e profissionais de universidades nacionais e estrangeiras. A soma dos investimentos se reproduz em uma equipe de analistas altamente qualificada, a qual garante uma qualidade cada vez maior no processo analítico e das opiniões concedidas pela agência.

Substituição

A Administradora pode contratar outra agência de classificação de risco, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

AUDITORIA

Para prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo foi contratada a empresa KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, inscrita no CNPJ/MF sob nº 057.755.217/0001-29.

Substituição

A Administradora pode contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de auditoria, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral.

INFORMAÇÕES SOBRE OS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo tem como objeto, preponderantemente, adquirir Direitos de Crédito representados por duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário ou todo e qualquer título representativo de créditos, incluindo mas não se limitando, a ordens judiciais de pagamento e contratos de qualquer natureza, desde que com objeto lícito, oriundos de operações em qualquer segmento lícito da economia, em sua aquisição, vencidos ou a vencer, futuros ou já formalmente constituídos sem qualquer limitação quanto ao tipo de direito de crédito ou da Cedente.

ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Os Cedentes se responsabilizam pela solvência ou solvabilidade dos Devedores, responsabilizando-se civil e criminalmente pela existência, certeza, liquidez e exigibilidade dos Direitos de Crédito, nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, bem como pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, por eventuais oposições ou exceções apresentadas pelos Mutuários contra os Cedentes, o Fundo, a Administradora e o Custodiante.

CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

A cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, nos termos do Termo de Cessão. O Contrato de Cessão e cada respectivo Termo de Cessão são celebrados de forma irrevogável e irretratável. Para mais informações acerca dos Contratos de Cessão, dos Termos de Cessão e da forma como se operam as cessões, veja a Seção “Características do Fundo – Sumário dos Principais Contratos – Contrato de Cessão” deste Prospecto.

PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo adotará taxas de desconto para o cálculo do preço de aquisição dos direitos de crédito em linha com as taxas adotadas pelo mercado para títulos com nível de risco similar àqueles a serem adquiridos. Não obstante.

O preço de aquisição de cada Direito de Crédito Elegível a ser pago pelo Fundo aos Cedentes na respectiva Data de Aquisição será calculado de acordo com a fórmula abaixo, especificada nos respectivos Termos de Cessão:

$$PCi = \frac{VNi}{Fator_{ce}}$$

onde:

PCi = Preço de cessão do Crédito “i”

Vni = Valor nominal do Crédito “i” objeto de cessão

$Fator_{ce}$ = Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{ce} = \left\{ 1 + \left[\left(\frac{TaxaDI}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times 1,75 \right\}^{Dui}$$

Taxa DI = Taxa DI, conforme definida no Regulamento, referente ao Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição

Dui = Número de dias úteis compreendido entre a Data de Aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Crédito “i”, exclusive

O Fundo busca trabalhar com quatro níveis principais de Fator CE (taxas de desconto) para a aquisição de Direitos de Crédito, todos eles superiores à Taxa Mínima de Retorno, são elas: (i) 2,0% (dois por cento) ao mês; (ii) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao mês, (iii) 3,0% (três por cento) ao mês; e (iv) 3,5% (três e meio por cento) ao mês. Destaca-se que, não obstante o Fundo pretenda praticar as taxas acima indicadas quando do início de suas operações, é possível que ao longo da vida do Fundo tais taxas venham a ser alteradas em função de variações na Taxa DI, de modo a permitir ao Fundo o atendimento da Taxa Mínima de Retorno na aquisição de Direitos de Crédito.

Não obstante busque trabalhar com as acima indicadas, em função das condições negociais verificadas no mercado e da qualidade dos Direitos de Crédito em cada operação, o Fundo pretende realizar ocasionalmente pequenos ajustes para maior ou para menor aos Fatores CE acima indicados, resultando assim na existência de operações com Fator CE intercalares entre os indicados acima.

Dentre os elementos considerados pelo Fundo para definir o Fator CE, e por consequência o Preço de Aquisição, aplicável em cada operação pode-se destacar três elementos-chave em ordem de importância: (i) a qualidade do risco de crédito do Devedor dos Direitos de Crédito; (ii) a qualidade de risco de crédito do Cedente dos Direitos de Crédito; e (iii) a condição negocial de cada operação de aquisição de Direitos de Crédito.

Assim, o Fator CE de 2,5% (dois por cento) ao mês, com é utilizado operações onde tanto o Cedente quanto o Devedor se enquadram como clientes que atendem aos C's do crédito, em especial o Caráter (histórico do obrigado quanto ao cumprimento de suas obrigações financeiras e contratuais); Capacidade (potencial do obrigado para quitar o crédito solicitado). Além Caráter e Capacidade, são considerados ainda: Capital (solidez financeira do obrigado); Colateral (montante de bens colocados à disposição pelo solicitante para garantir o valor devido); e Condições (condições econômicas e setoriais vigentes, assim como elementos especiais que possam vir a afetar tanto o obrigado quanto o Fundo).

Para casos em que a situação não é tão positiva no que se refere ao Cedente, ou seja, nos quais o Cedente possui algum tipo de restrição creditícia, porém o Devedor apresenta bom nível de crédito segundo os parâmetros de avaliação adotados pelo Fundo, este adota Fatores CE de 3,0% conforme o nível de risco do Cedente identificado. Em se tratando de Cedentes com risco mais elevado, mas que apresentam boas referências e histórico de pagamento considerado pela Consultora como satisfatório, o Fundo adota Fatores CE de 3,5% (três inteiros e cinco décimos) por cento ao mês. A adoção de Fator CE superior a 3,50% ocorre somente em situações excepcionais, em que embora o nível de risco do Cedente não seja considerado de boa qualidade, o nível de risco do Devedor, associado ao nível de taxa contratado compense o risco da operação. Destaca-se que em 15 de setembro de 2008, o volume de operações com tais características era inferior a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) da carteira do Fundo.

LIMITES DE CONCENTRAÇÃO

Por tratar-se de um fundo multisetorial e multicedentes, o Fundo não apresenta concentração relevante em nenhum setor específico da economia, bem como em relação a nenhum Devedor, Cedente ou grupo econômico.

Os Direitos de Crédito são decorrentes de operações realizadas em qualquer segmento lícito da economia, em sua aquisição, vencidos ou a vencer, futuros ou já formalmente constituídos sem qualquer limitação quanto ao tipo de crédito ou da Cedente.

Não existirão limites de concentração por Cedentes e por Devedores. Ou seja, (i) o total de coobrigação e de cessão de créditos de qualquer originador ou Cedente, conforme previsto no respectivo Contrato de Cessão, poderá vir a representar até 100% (cem por cento) dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, e (ii) o total de obrigação de um único devedor dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo poderá vir a representar até 100% (cem por cento) dos créditos cedidos ao Fundo.

Não existirá limite de coobrigação por Cedentes, ou seja, um Cedente poderá ser coobrigado em até 100% (cem por cento) dos Direitos de Crédito por ele cedidos ao Fundo.

O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora, a Gestora seus controladores, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas, outras sociedades sob controle comum e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, atuem na condição de contraparte.

CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que, na Data de Aquisição e Pagamento (a “Data de Aquisição”), sejam representados por Documentos de Crédito de qualquer espécie, que tenham sido previamente avaliados e aprovados pela Consultora e atendam a duas ou mais das seguintes condições de cessão a serem verificadas pela Consultora (as “Condições de Cessão”):

- (a) estejam vencidos ou a vencer em sua Data de Aquisição;
- (b) sejam resultantes de ações judiciais em curso, da qual constituam objeto de litígio, ou em que tenham sido judicialmente penhorados ou dados em garantia;
- (c) sua constituição ou validade jurídica da cessão para o Fundo seja considerada um fator preponderante de risco;
- (d) sejam originados de empresas em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
- (e) tenham existência futura e montante desconhecido, desde que emergentes de relações já constituídas; e/ou
- (f) sejam de natureza diversa, não enquadráveis no disposto no inciso I, do art. 2º, da Instrução CVM 356.

Além de atender a uma ou mais das Condições de Cessão acima indicadas, os Direitos de Crédito deverão ser decorrentes de operações em qualquer segmento lícito da economia, devendo tal condição ser objeto de verificação pela Consultora.

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e Pagamento, após a análise pelo Custodiante do Critério de Elegibilidade estabelecido a seguir, sejam considerados pelo Custodiante como Direitos de Crédito Elegíveis.

O Critério de Elegibilidade para aquisição de Direitos de Crédito (o “Critério de Elegibilidade”), a ser verificado pelo Custodiante é que a Consultora deverá ter verificado o cumprimento das Condições de Cessão relacionadas acima, e informado ao Custodiante sua aprovação, mediante envio de arquivo eletrônico com layout definido entre a Consultora e o Custodiante:

TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Todas as cessões de Direitos de Crédito são celebradas, nos termos do Termo de Cessão, em caráter irrevogável e irretroatável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Crédito cedidos, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O recebimento e a análise dos arquivos físicos e eletrônicos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo será de responsabilidade do Custodiante.

INADIMPLEMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito a Vencer e Ativos Financeiros em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda. Além disso, observadas as disposições previstas no Artigo 49 do Regulamento, a Consultora poderá identificar potenciais compradores para aquisição de Direitos de Crédito que estejam vencidos a mais de 181 (cento e oitenta e um) dias na carteira do Fundo.

O Custodiante analisará trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os Clientes dos respectivos Direitos Creditórios selecionados, de acordo com a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Sendo:

ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral

Adicionalmente, o Auditor Independente realizará, na periodicidade definida pelo Custodiante, procedimentos específicos, por amostragem, com o objetivo de verificar a exatidão das informações fornecidas pela Administradora e/ou Consultora, com base no arquivo disponibilizado pelo Custodiante, relativas aos Direitos de Crédito de tempos em tempos adquiridos pelo Fundo: (i) identificação dos Devedores cadastrados junto ao Custodiante; e (ii) o valor da parcela a receber relativa ao mês de referência da verificação.

Parcela preponderante dos Direitos Creditórios adquiridos refere-se a operações de curto prazo cujos títulos têm valor de face definido, sem previsão de cobrança de juros (i.e. duplicatas, cheques pré-datados, créditos oriundos de relações comerciais ou de prestação de serviço já performadas). Assim, o Fundo entende não haver risco de amortização ou liquidação antecipada dos Direitos Creditórios que possam afetar de modo relevante o Fundo e seu fluxo de pagamentos.

Histórico de Inadimplemento, Perdas e Pré-Pagamento dos Direitos de Crédito em Carteiras Similares à do Fundo

Tendo em vista que (i) o Fundo consiste em um fundo multisetorial e multicedentes, não apresentando concentração relevante em nenhum setor específico da economia, bem como em relação a nenhum Devedor, Cedente ou grupo econômico, e (ii) a amplitude dos Direitos de Crédito passíveis de aquisição pelo Fundo, os quais incluem desde créditos a vencer até créditos já vencidos em sua data de aquisição, a Administradora declara não ser possível obter informações relativas a estatísticas de inadimplementos, perdas ou pré-pagamento de créditos relativos aos Cedentes e Devedores que atualmente compõem a carteira do Fundo, relativas a períodos anteriores ao início de operações pelo Fundo. Ademais, destaca-se que, de acordo com o estabelecido no Regulamento e no Contrato de Cessão, (a) nenhum dos atuais Cedentes do Fundo está obrigado a continuar cedendo Direitos de Crédito ao Fundo; e (b) o Fundo poderá vir a adquirir Direitos de Crédito de Cedentes com os quais não opera na data deste Prospecto, desde que os Direitos de Crédito a serem ofertados por tais Cedentes atendam aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão estabelecidas no Regulamento do Fundo.

Não obstante, a inexistência de histórico da carteira do Fundo nos períodos anteriores à sua constituição, considerando a existência de outros fundos de investimento em direitos créditos com características semelhantes às do Fundo e carteiras de Direitos de Crédito de mesma natureza à carteira de crédito do Fundo, a Administradora e a Consultora diligenciaram seus melhores esforços para obter informações acerca dos inadimplemento, perdas e pré-pagamento de carteiras semelhantes às do Fundo, não havendo encontrado fundos que entendam ter perfil de carteira semelhante ao do fundo. Assim, não obstante tenham envidado esforços razoáveis, a Administradora e a Consultora declaram, nos termos do item 2.7 do Anexo III-A da Instrução CVM 400, não ter conhecimento de informações estatísticas sobre Inadimplemento, Perdas e Pré-Pagamento de Direitos de Crédito similares àqueles a serem adquiridos pelo Fundo.

POLÍTICA DE COBRANÇA

O Anexo IV ao Regulamento contém a descrição detalhada da atual Política de Cobrança adotada pelo Fundo.

GARANTIAS E REFORÇOS DE CRÉDITO

Os Critério de Elegibilidade definidos no Regulamento do Fundo, bem como a Política de Concessão de Crédito do Fundo não estabelecem a obrigatoriedade de concessão de garantias ou de reforços de crédito como condição para a realização de cessões ao Fundo.

O Fundo pode, contudo, adquirir Direitos de Crédito que contem com garantias, hipótese em que as garantias relativas aos Direito de Crédito adquiridos pelo Fundo devem ser transferidas ao Fundo juntamente com os Direitos de Crédito a que se referem.

O exercício das garantias relativas a Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo deve ser realizado nos termos dos respectivos instrumentos que as estabelecem, não existindo padronização dos mesmos pelo Fundo, e não sendo, portanto, possível descrever os termos de exercício de tais garantias.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

ANEXO I - REGULAMENTO DO FUNDO

ANEXO II - SUPLEMENTO DO REGULAMENTO RELATIVO À 1ª EMISSÃO DE QUOTAS SENIORES

ANEXO III- RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS SENIORES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

REGULAMENTO DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGULAMENTO

DO

**“FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
SILVERADO OUTLIER”**

Datado de

18 de dezembro de 2008

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO	3
CAPÍTULO II - OBJETO	3
CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO	4
CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	4
CAPÍTULO V - CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE	6
CAPÍTULO VI - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	8
CAPÍTULO VII - FATORES DE RISCO	8
CAPÍTULO VIII - ADMINISTRADORA	16
CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA	19
CAPÍTULO X - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS	20
CAPÍTULO XI - POLÍTICA DE COBRANÇA	24
CAPÍTULO XII - QUOTAS	25
CAPÍTULO XIII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS	27
CAPÍTULO XIV - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS	29
CAPÍTULO XV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS	29
CAPÍTULO XVI - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	30
CAPÍTULO XVII - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	30
CAPÍTULO XVIII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	31
CAPÍTULO XIX - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA	33
CAPÍTULO XX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	34
CAPÍTULO XXI - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO	36
CAPÍTULO XXII - ASSEMBLEIA GERAL	37
CAPÍTULO XXIII - PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS	40
CAPÍTULO XXIV - DISPOSIÇÕES FINAIS	41
ANEXO I - DEFINIÇÕES	43
ANEXO II - TERMO DE ADESÃO	51
ANEXO III - MODELO DE SUPLEMENTO	52
ANEXO IV - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA	56

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**REGULAMENTO
DO
“FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NÃO-PADRONIZADOS SILVERADOS OUTLIER”**

O “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS SILVERADO OUTLIER”, disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional (o “CMN”), pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução nº 435 de 10 de julho de 2006, pela Instrução nº 442 de 11 de dezembro de 2006, pela Instrução nº 446 de 21 de dezembro de 2006, todas da Comissão de Valores Mobiliários (a “Instrução CVM 356” e a “CVM”, respectivamente) e pela Instrução nº 444, de 08 de dezembro de 2006 da CVM (a “Instrução CVM 444”), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (o “Fundo”), será regido pelo presente regulamento (o “Regulamento”).

CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

Artigo 1º O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com duração por tempo indeterminado, e tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos de Crédito, conforme definido a seguir, de acordo com as disposições deste Regulamento.

Parágrafo Único Os termos iniciados em letra maiúscula utilizados neste Regulamento, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído no Anexo I ao presente Regulamento.

CAPÍTULO II - OBJETO

Artigo 2º O Fundo é uma comunhão de recursos destinados, preponderantemente, à aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento.

Parágrafo Único Os direitos de crédito são individualmente representados por duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário ou todo e qualquer outro título representativo de créditos incluindo, mas não se limitando, a ordens judiciais de pagamento e contratos de qualquer natureza, desde que com objeto lícito (os “Documentos de Crédito”), originados de operações em qualquer segmento lícito da economia, em sua aquisição, vencidos ou a vencer, futuros ou já formalmente constituídos sem qualquer limitação quanto ao tipo de direito de crédito ou quanto aos Cedentes (os “Direitos de Crédito”).

CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO

Artigo 3º As Quotas do Fundo serão destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, conforme regulamentação da CVM em vigor. O valor mínimo de subscrição por investidor é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo Único Somente será permitida a emissão e negociação de fração de Quotas do Fundo para os Quotistas que possuam no mínimo uma quota subscrita.

CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 4º O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de (i) Direitos de Crédito que atendam ao Critério de Elegibilidade estabelecido no Capítulo V deste Regulamento; e (ii) Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos neste Regulamento (a “Política de Investimento e Composição da Carteira”).

Parágrafo 1º Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos seus titulares, nos termos dos Contratos de Cessão firmados entre o Fundo e os Cedentes, observadas as disposições dos respectivos Documentos de Crédito.

Parágrafo 2º Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo BACEN ou pela CVM.

Parágrafo 3º A definição e implementação da política de concessão dos créditos descrita no Anexo III do presente Regulamento, a análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, bem como a avaliação da validade dos Documentos de Crédito e da capacidade econômica dos Cedentes e dos Devedores, caberão exclusivamente à Consultora, a ser contratada pela Administradora em nome do Fundo especificamente para esse fim. Observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 23 deste Regulamento, e uma vez atendida a condição nele estabelecida, caberá adicionalmente à Consultora a análise e seleção dos demais Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo.

Parágrafo 4º Uma vez definidos pela Consultora os Direitos de Crédito que essa entenda passíveis de aquisição pelo Fundo, a Consultora deverá fornecer ao Custodiante a relação dos referidos Direitos de Crédito, acompanhada de declaração de que os Direitos de

Crédito constantes da referida relação atendem às Condições de Cessão estabelecidas no Capítulo V deste Regulamento.

Parágrafo 5º Não obstante caiba à Consultora a indicação e a pré-verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito às Condições de Cessão, o Custodiante será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito ao Critério de Elegibilidade estabelecido no presente Regulamento.

Parágrafo 6º Não obstante a diligência da Administradora, da Consultora, da Gestora e do Custodiante em colocar em prática a política de investimento delineada neste Regulamento, a Administradora, a Consultora, a Gestora e o Custodiante não poderão ser responsabilizados pelo adimplemento ou não dos Direitos de Créditos, por eventual depreciação dos bens ou ativos integrantes da carteira do Fundo, ou por prejuízos em caso de liquidação do Fundo, assumindo os Quotistas os riscos inerentes a este tipo de investimento. Não há garantia de que os objetivos do Fundo serão alcançados.

Artigo 5º Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá ter alocado percentual superior a 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observado o Critério de Elegibilidade estabelecido no Capítulo V.

Parágrafo Único Na hipótese de realização de emissão de novas Quotas após a alocação do Patrimônio Líquido do Fundo nos termos do caput deste Artigo 5º, o Fundo deverá alocar os recursos provenientes da referida nova emissão em Direitos Creditórios que atendam ao Critério de Elegibilidade, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Quotas.

Artigo 6º A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos Ativos Financeiros a seguir relacionados:

- (a) moeda corrente nacional;
- (b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (c) títulos de emissão do BACEN;
- (d) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas “b” e “c” acima, contratadas com Instituições Autorizadas;
- (e) cotas de fundos de investimento de renda fixa, administrados ou não pela Administradora, que apliquem preponderantemente nos ativos listados em “b” e “c” acima; e
- (f) certificados e recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa de emissão das Instituições Autorizadas, exceto cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

Parágrafo Único Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos Ativos Financeiros, sendo que o Fundo deverá alocar no máximo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em títulos mencionados nas alíneas “b” e “c” acima, não existindo valor mínimo a ser alocado em tais ativos. Na hipótese de realização de emissão de novas Quotas por até 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Quotas, o percentual máximo ora estabelecido poderá ser excedido em relação aos montantes de integralização das novas quotas emitidas.

Artigo 7º Considerando que em vista (a) da composição da carteira do Fundo e (b) do fato de que o valor das Quotas Seniores, caso emitidas, será atualizado na forma estabelecida no Artigo 37 deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores, a Gestora poderá realizar operações de derivativos de renda fixa, exclusivamente na modalidade “com garantia”, nos mercados de bolsa de mercadorias e futuros e de balcão, com o objetivo de proteger as posições da carteira do Fundo detidas à vista, tendo como contraparte as Instituições Autorizadas.

Parágrafo Único Os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações, devem ser considerados para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do Fundo.

Artigo 8º Não existirá limites de concentração por Cedentes e por Devedores. Ou seja, (i) o total de coobrigação e de cessão de créditos de qualquer originador ou Cedente, conforme previsto no respectivo Contrato de Cessão, poderá vir a representar até 100% (cem por cento) dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, e (ii) o total de obrigação ou coobrigação de um único Devedor dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo poderá vir a representar até 100% (cem por cento) dos créditos cedidos ao Fundo.

Parágrafo Único O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora, a Gestora, seus controladores, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum da Administradora, e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, atuem na condição de contraparte, sem qualquer limitação.

Artigo 9º As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) da Administradora; (ii) da Gestora; (iii) da Consultora; (iv) do Custodiante; (v) de qualquer mecanismo de seguro; ou (vi) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO V – CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE

Artigo 10 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que, na data de aquisição e pagamento (a “Data de Aquisição”), tenham sido previamente avaliados e aprovados pela

Consultora e atendam a duas ou mais das seguintes condições de cessão de acordo com a característica do direito creditório objeto da cessão, conforme aplicável, a serem verificadas pela Consultora (as “Condições de Cessão”):

- (a) sejam representados por Documentos de Crédito de qualquer espécie;
- (b) estejam vencidos ou a vencer em sua Data de Aquisição;
- (c) sejam resultantes de ações judiciais em curso, da qual constituam objeto de litígio, ou em que tenham sido judicialmente penhorados ou dados em garantia;
- (d) sua constituição ou validade jurídica da cessão para o Fundo seja considerada um fator preponderante de risco;
- (e) sejam originados de empresas em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
- (f) tenham existência futura e montante desconhecido, desde que emergentes de relações já constituídas; e/ou
- (g) sejam de natureza diversa, não enquadráveis no disposto no inciso I, do art. 2º, da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único. Além de atender a uma ou mais das Condições de Cessão acima indicadas, os Direitos de Crédito deverão ser decorrentes de operações em qualquer segmento lícito da economia, devendo tal condição ser objeto de verificação pela Consultora.

Artigo 11 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que na Data de Aquisição, após a análise pelo Custodiante do Critério de Elegibilidade estabelecido a seguir, sejam considerados pelo Custodiante como Direitos de Crédito Elegíveis.

Parágrafo Único O Critério de Elegibilidade para aquisição de Direitos de Crédito (o “Critério de Elegibilidade”), a ser verificado pelo Custodiante, é que a Consultora deverá ter verificado o cumprimento das Condições de Cessão relacionadas acima, e informado ao Custodiante sua aprovação, mediante envio de arquivo eletrônico com layout definido entre a Consultora e o Custodiante:

Artigo 12 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, prerrogativas e ações a eles inerentes, observados:

- (a) os demais termos e condições deste Regulamento;
- (b) os termos, condições e procedimentos do Contrato de Cessão;
- (c) os procedimentos pertinentes à aquisição dos Direitos de Crédito e atendimento ao Critério de Elegibilidade definido neste Regulamento; e

- (d) a política de investimento e composição da carteira definida no Capítulo IV deste Regulamento.

Artigo 13 Cada uma dos Cedentes é responsável pela originação, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos, bem como pela liquidez e certeza dos Direitos de Créditos a eles referentes, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

Parágrafo Único Na hipótese de o Fundo adquirir Direitos de Crédito em relação aos quais os Cedentes se coobriguem com os Devedores, essas serão também responsáveis pelo pagamento dos Direitos de Crédito por elas cedidos, respondendo como devedoras solidárias dos Devedores dos Direitos de Crédito.

CAPÍTULO VI - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Artigo 14 Tendo em vista a natureza do Fundo, não será imposta às Cedentes qualquer obrigação de observar a política de concessão de créditos estabelecida na concessão de créditos que venham a ser, de tempos em tempos, por eles oferecidos ao Fundo.

CAPÍTULO VII - FATORES DE RISCO

Artigo 15 Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes. Antes de adquirir Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis nos fatores de risco descritos a seguir. A materialização de qualquer dos riscos e incertezas apontados a seguir poderá gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, sendo que nessa hipótese a Administradora, a Gestora, a Consultora e o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para as Quotas, os Direitos de Crédito e/ou os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 1º Riscos de Mercado:

- (a) Efeitos da Política Econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos, os Cedentes e os Devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de

capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Devedores, os setores econômicos específicos em que atua, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Devedores, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito.

- (b) Risco de Descasamento de Taxas. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado de acordo com a Meta de Rentabilidade Prioritária atrelada à Taxa DI, conforme estabelecidas em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, a Gestora, a Consultora e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.
- (c) Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

Parágrafo 2º Riscos de Crédito:

- (a) Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito. Decorre da capacidade dos Devedores em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. Em caso de instauração de pedido de falência, recuperação judicial, de plano de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Devedores ou dos Cedentes (co-obrigados dos Devedores), o Fundo poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua carteira, o que poderá afetar adversamente os resultados do Fundo.
- (b) Risco de Concentração de Cedentes e de Devedores. Não existirão limites de concentração por Cedentes e por Devedores. Ou seja, (i) o total de coobrigação e de cessão de créditos de qualquer originador ou Cedente, conforme previsto no respectivo Contrato de Cessão, poderá vir a representar até 100% (cem por cento) dos

Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, e (ii) o total de obrigação de um único devedor dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo poderá vir a representar até 100% (cem por cento) dos créditos cedidos ao Fundo. A inexistência de limites de concentração aumenta a exposição do patrimônio do Fundo aos riscos de crédito dos Devedores e dos Cedentes e pode implicar em restrições à negociação das Quotas do Fundo e redução de sua liquidez. Para mais informações a respeito veja o fator de risco “Investimento de Baixa Liquidez”, constante da alínea “c” do Parágrafo 3º deste Artigo.

- (c) Risco de Crédito Relativo aos Ativos Financeiros. Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.
- (d) Risco de Insucesso nas ações de cobrança. A carteira do Fundo também poderá ser composta por Direitos de Crédito vencidos. A dificuldade na localização dos Devedores, assim como a situação patrimonial dos Devedores representa um risco adicional ao recebimento dos Direitos de Créditos.

Parágrafo 3º Riscos de Liquidez:

- (a) Liquidez Relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.
- (b) Liquidez Relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador e/ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.
- (c) Restrição à negociação das Quotas do Fundo. A distribuição pública e negociação das Quotas do Fundo no mercado secundário está sujeita a restrições impostas pela regulamentação em vigor face à não adoção, pelo Fundo, de limite de

concentração por Devedor e/ou Cedente coobrigado igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio do Fundo em relação a determinados tipos de Cedentes ou Devedores.

A não adoção, pelo Fundo, de limite de concentração igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio do Fundo em relação a Cedentes ou Devedores que (a) não sejam registrados como companhias abertas perante a CVM, ou (b) não sejam instituições financeiras ou equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condiciona a livre distribuição pública e negociação das Quotas do Fundo à apresentação das demonstrações financeiras da referida Devedora e/ou Cedente coobrigado que exceder a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, (i) relativas ao exercício social imediatamente anterior à data de constituição do Fundo elaboradas em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a regulamentação editada pela CVM, e auditadas por auditor independente registrado na CVM; e (ii) anualmente, até a data de encerramento do Fundo; ou até o exercício em que os Direitos de Crédito relativos ao referido Devedor ou Cedente deixarem de representar mais de 20% (vinte por cento) dos Direitos de Crédito que integram o Patrimônio Líquido do Fundo.

O Fundo não apresentará as referidas demonstrações financeiras dos Cedentes coobrigados e/ou das Devedoras. Tal fato implica na obrigação de o valor de emissão das Quotas do Fundo ser sempre superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais), sendo sua oferta pública destinada a no máximo 20 (vinte) investidores. Adicionalmente, a negociação das Quotas somente poderá ocorrer antes de completados 18 (dezoito) meses do encerramento da distribuição, caso: (i) o titular de Quotas aliene todas as Quotas por ele subscritas para um único investidor; ou (ii) a negociação se dê entre os titulares das Quotas. Tais restrições podem implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas. Para mais informações acerca dos riscos inerentes à não adoção, pelo Fundo, de limites de concentração veja o fator de risco “Risco de Concentração de Cedentes e de Devedores”, constante da alínea “b”, parágrafo 2º, deste Artigo 15.

- (d) Amortização e Resgate Condicionado das Quotas. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos Devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora e a Gestora alienarem os

respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto a Gestora ou o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Parágrafo 4º Riscos Operacionais:

- (a) Falhas de Procedimentos. Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pela Consultora podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.
- (b) Documentos Comprobatórios. Nos termos da legislação vigente, o Custodiante é o responsável legal pela guarda da documentação relativa aos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, bem como pela validação dos Direitos de Crédito em relação aos critérios de elegibilidade estabelecido neste Regulamento. Sem prejuízo de tal responsabilidade, o Custodiante, com a anuência da Administradora, aceita a indicação da Consultora para exercer, na condição de fiel depositário, a guarda física dos Documentos de Crédito. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos de Crédito e nos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo para verificar a sua regularidade, observados os parâmetros indicados no Artigo 27 deste Regulamento. Uma vez que tal auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos de Crédito apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Custodiante, a Administradora e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos de Crédito, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

Por fim, os Documentos de Crédito serão mantidos em uma única via, não existindo cópias de segurança dos mesmos, de modo que na hipótese de seu extravio ou destruição o Fundo poderá ter dificuldades em comprovar a existência dos Direitos de Crédito aos quais se referem. A Administradora, a Gestora e a Consultora não serão responsáveis por eventuais prejuízos incorridos pelo Fundo

em razão da impossibilidade de cobrança dos Direitos de Crédito decorrentes do extravio ou destruição dos referidos documentos.

- (c) Movimentação dos Valores Relativos aos Direitos de Crédito de Titularidade do Fundo. Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente nas Contas de Recebimento.

Os valores depositados nas Contas de Recebimento serão transferidos para a Conta do Fundo pelos Agentes de Recebimento, em até 01 (um) dia útil do seu recebimento. Apesar de o Fundo contar com a obrigação dos Agentes de Recebimento de realizarem as transferências dos recursos depositados nas Contas de Recebimento para a Conta do Fundo, caso haja inadimplemento dos Agentes de Recebimento no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas. Não há qualquer garantia de cumprimento pelos Agentes de Recebimento de suas obrigações acima destacadas

A conciliação dos valores depositados pelos Devedores nas Contas de Recebimento e a transferência dos recursos de titularidade do Fundo para a Conta do Fundo serão realizadas pelos Agentes de Recebimento. Caso os Devedores ou a Consultora prestem informações incorretas ou imprecisas aos Agentes de Recebimento, poderá haver uma conciliação e transferência incorretas de valores à Conta do Fundo, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Ademais, em caso de alteração das Contas de Recebimento ou da Conta do Fundo, ou de substituição dos Agentes de Recebimento ou do Custodiante, os Devedores serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos de Crédito para a nova conta competente indicada pelo Fundo e repassada pela Consultora dos Devedores. Não há garantia de que os Devedores efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle do Fundo, ou de terceiros contratados como Agentes de Recebimento ou Custodiante, os terceiros que receberem tais valores em pagamento serão obrigados a restituí-los ao Fundo. Não há garantia de que tais terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

- (d) Risco de Sistemas. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos dos Devedores, Cedentes, Consultora, Gestora, Custodiante, Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Parágrafo 5º Outros Riscos:

- (a) Risco de Instrumentos Derivativos. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “*hedge*” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.
- (b) Risco de Descontinuidade. A Política de Investimento do Fundo descrita no Capítulo IV estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas, quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares dos Cedentes e da capacidade destes de originar Direitos de Crédito Elegíveis para o Fundo conforme o Critério de Elegibilidade estabelecido no Capítulo V deste Regulamento e de acordo com a Política de Investimento descrita no Capítulo IV acima.

Os Devedores podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações decorrentes dos Documentos de Crédito. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos neste Regulamento.

Quanto ao risco dos Cedentes, destacam-se:

Os Cedentes não se encontram obrigados a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelos Cedentes.

A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços realizadas entre os Cedentes e os Devedores, e devem, necessariamente, respeitar os parâmetros da Política de Investimento descrita no Capítulo IV do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer situação, (i) deixarem de ocorrer as referidas operações entre os Cedentes e os Devedores; e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito suficientes para cessão ao Fundo e que atendam ao Critério de Elegibilidade e a Política de Investimento, será dado causa aos procedimentos do Capítulo XIX do Regulamento. Os fatores políticos e econômicos do governo e o crescimento da concorrência podem levar à diminuição da quantidade de Direitos de Crédito Elegíveis.

Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são formalizados sob a forma dos Documentos de Crédito, com base nas operações realizadas entre os Cedentes e os Devedores. Esses Documentos de Crédito representativos dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

- (c) Riscos e custos de cobrança. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral. A Administradora, a Consultora, a Gestora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.
- (d) Limitação do Gerenciamento de Riscos. A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.
- (e) Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.
- (f) Risco decorrente da falta de registro dos Termos de Cessão. As vias originais de cada Termo de Cessão não serão necessariamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos na sede do Cessionário e do Cedente. O registro de operações de cessão de créditos tem por objetivo tornar pública a realização da cessão, de modo que caso o Cedente celebre nova operação de cessão dos mesmos direitos de crédito com terceiros, a operação registrada prevaleça. A ausência de registro poderá representar risco ao Fundo em relação a Direitos de Crédito reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelo Cedente a mais de um cessionário. Assim, na hipótese de o Cedente contratar a cessão de um mesmo Direito de Crédito com

mais de um cessionário, a não realização do registro poderá dificultar a comprovação de que a cessão contratada com o Fundo é anterior à cessão contratada com o outro cessionário. A administradora, a Gestora, o Custodiante e a Consultora não serão responsáveis por eventuais prejuízos incorridos pelo Fundo em função da impossibilidade de cobrança dos Direitos de Crédito em decorrência da falta de registro de Termos de Cessão.

- (g) Inexistência de Garantia de Rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pela Gestora, pela Consultora, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- (h) Ausência de classificação de risco das Quotas. As quotas que não forem objeto de distribuição pública não possuirão classificação de risco emitida por agência de *rating*, o que pode dificultar a avaliação, por parte dos investidores, da qualidade do crédito representado pelas Quotas e com a capacidade do Fundo em honrar com os pagamentos das Quotas. Além disso, a ausência de classificação de risco pode restringir a negociação das Quotas no mercado secundário a um número menor de investidores e, assim, reduzir a liquidez das Quotas nesse mercado. Caso os titulares das Quotas desejem se desfazer de seu investimento antes do prazo de vencimento, podem ser obrigados a oferecer descontos substanciais para vendê-las no mercado secundário, realizando uma perda de parte de seu vencimento. Não há garantias de que os investidores conseguirão se desfazer de seus investimentos antes do prazo de vencimento das quotas.
- (i) Outros Riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

CAPÍTULO VIII - ADMINISTRADORA

Artigo 16 O Fundo será administrado por **BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º

e 17º andares (parte), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (a “Administradora”).

Parágrafo Único A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos, no mínimo, como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) deste Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, (iv) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Artigo 17 Observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes e observada a delegação de poderes à Gestora, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos outros ativos que integrem a carteira do Fundo.

Parágrafo 1º As atribuições da Administradora são aquelas dispostas no Artigo 34 da Instrução CVM 356 e suas posteriores alterações, e toda e qualquer outra obrigação da Administradora prevista na Instrução CVM 356.

Parágrafo 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior e na legislação e regulamentação aplicáveis ao Fundo, são obrigações da Administradora:

(a) informar imediatamente aos Quotistas:

- i. a substituição do Auditor Independente, da Gestora, da Consultora ou do Custodiante e/ou sua própria substituição;
- ii. a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; e

(b) informar os Quotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas do Fundo, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ciência de tal fato; e

(c) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial dos Agentes de Recebimento, Custodiante, ou qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos de Crédito da carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos de Crédito para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo.

Parágrafo 3º Nas hipóteses previstas na alínea (a) do Parágrafo 2º deste Artigo 17 os Quotistas serão considerados devidamente notificados caso tenham sido convocados, nos

termos do Artigo 60 abaixo, para deliberar em Assembléia Geral sobre os temas previstos na referida alínea (a).

Parágrafo 4º É vedado à instituição Administradora:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título.
 - i. As vedações de que tratam os itens (a) a (c) deste Parágrafo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.
 - ii. Excetua-se do disposto no item anterior os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do fundo.

Parágrafo 5º É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do próprio Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) vender Quotas do fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil Cedentes de Direitos de Crédito, exceto quando se tratar de Quotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;

- (h) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (i) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos Investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (j) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo;
- (l) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- (m) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Artigo 18 Será devida à Administradora, a título de honorários pela atividade de administração do Fundo e outras definidas neste Regulamento, uma Taxa de Administração de 2% (dois por cento) ao ano, calculada por Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo verificado no Dia Útil anterior à realização do referido cálculo, sendo que este valor não poderá ser inferior à R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) mensais.

Parágrafo 1º A remuneração de que trata este Artigo 18 será paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

Parágrafo 2º A Taxa de Administração será rateada entre a Administradora, a Gestora e a Consultora, na forma entre eles acordada e observado o disposto no Artigo 25 abaixo.

Artigo 19 A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

Artigo 20 Mediante aviso prévio de 90 (noventa) dias, por correio eletrônico, através de carta endereçada a cada Quotista ou mediante publicação de aviso no Periódico utilizado para divulgar as informações referentes ao Fundo (a “Comunicação de Renúncia”), a Administradora poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral a ser realizada em até 60 (sessenta) dias contados da Comunicação de Renúncia, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável e do disposto no Capítulo XXI a seguir.

Artigo 21 No caso de renúncia, a Administradora deverá permanecer no exercício de suas funções até 90 (noventa) dias da data da Comunicação de Renúncia, ou até sua efetiva substituição, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo 1º A Administradora deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações atribuídos à Administradora, nos termos deste Regulamento. O prazo de 30 (trinta) dias estabelecido neste Parágrafo, poderá ser ultrapassado, conforme o caso, limitado ao prazo de 90 (noventa) dias contados da Comunicação de Renúncia, conforme o disposto no *caput* deste Artigo 21.

Parágrafo 2º Caso, os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, não indiquem instituição substituta até 60 (sessenta) dias contados da Comunicação de Renúncia, ou por qualquer razão, em até 62 (sessenta e dois) dias contados da Comunicação de Renúncia nenhuma instituição assuma efetivamente todos os deveres e obrigações da Administradora, a Administradora convocará uma Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação do Fundo e comunicará o evento à CVM. Caso não haja quorum suficiente, observado o disposto no Artigo 60 deste Regulamento, para deliberar sobre a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação do Fundo, nos termos do Capítulo XX deste Regulamento.

Artigo 22 Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade da própria Administradora.

CAPÍTULO X - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

Artigo 23 Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão realizados pela **BNY MELON ATIVOS FINANCEIROS LTDA.**, com sede na Av. Borges de Medeiros, 633 – salas 401, 402 e 403, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 08.896.477/0001-09 (a “Gestora”), contratado nos termos do inciso II, do Artigo 39 da Instrução CVM 356.

Parágrafo 1º A partir da qualificação da Consultora perante a CVM para atuar como gestora de carteira nos termos da regulamentação vigente, caberá à Consultora a análise e seleção dos demais Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, observado o disposto no Artigos 6º e no Artigo 8º deste Regulamento. Nessa hipótese, a Consultora

poderá, observado o disposto no parágrafo 2º deste artigo, a qualquer tempo substituir integralmente a Gestora designada no caput deste Artigo passando a exercer também as funções desta.

Parágrafo 2º A efetivação da substituição da atual Gestora pela Consultora nos termos do Parágrafo 1º acima, dependerá, necessariamente: (i) de deliberação em Assembleia Geral de Quotistas; (ii) de alteração do Regulamento do Fundo e (iii) de publicação de fato relevante.

Artigo 24 O Fundo contratou a Consultora **SILVERADO INFORMAÇÕES CADASTRAIS LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 07.721.591/0001-35, com sede na Avenida Vereador José Diniz, nº 3725, conj. 51, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (a “Consultora”), contratada nos termos do inciso I do Artigo 39 da Instrução CVM 356, para a prestação dos serviços de (i) análise e seleção de potenciais Cedentes e dos respectivos Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, observado o Critério de Elegibilidade, conforme previstos no Capítulo V deste Regulamento; (ii) negociação dos valores de cessão com os respectivos Cedentes; (iii) cobrança de todos os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no respectivo Contrato de Consultoria.

Parágrafo 1º Observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 23 deste Regulamento, e uma vez atendida a condição nele estabelecida, caberá adicionalmente à Consultora a análise e seleção dos demais Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo.

Parágrafo 2º Na hipótese de renúncia da Consultora, a Administradora ficará obrigada, em até 05 (cinco) dias contados do recebimento da notificação acerca da renúncia da Consultora, convocar Assembleia Geral de Quotistas para eleição de seu substituto, sendo tal convocação também facultada aos Quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Quotas emitidas.

Parágrafo 3º Não obstante a entrega da notificação de renúncia, a Consultora deverá permanecer no exercício de suas funções (i) até sua efetiva substituição, ou (ii) pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de entrega da notificação de renúncia, dos dois o que ocorrer primeiro.

Artigo 25 Será devida à Consultora, a título de honorários pelas atividades estabelecidas neste Regulamento, uma Taxa de Consultoria a ser deduzida da Taxa de Administração, nos termos acordados em documento celebrado entre a Administradora e a Consultora, a ser paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas.

Artigo 26 Os Direitos de Crédito somente poderão ser adquiridos pelo Fundo após prévia análise e seleção pela Consultora e a verificação de seu enquadramento no Critério de Elegibilidade pelo Custodiante, conforme previsto neste Regulamento.

Parágrafo 1º Sem prejuízo das demais responsabilidades do Custodiante nos termos da regulamentação aplicável, os Documentos de Crédito ficarão sob a guarda da Consultora.

Parágrafo 2º Nos termos do Contrato de Consultoria, o Fundo outorgou à Consultora todos os poderes necessários à realização dos serviços descritos no *caput* do Artigo 24.

Parágrafo 3º A Consultora não é responsável, a qualquer tempo, pela existência ou pagamento dos Direitos de Créditos cedidos ao Fundo.

Artigo 27 O Fundo contratou o **DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 13º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, instituição financeira regularmente autorizada pelo BACEN e credenciada perante a CVM, para prestar os serviços de custódia qualificada, escrituração e controladoria ao Fundo (“Custodiante” ou “Agente Escriturador”, conforme o caso), nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Custódia.

Parágrafo 1º Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante nos termos deste Regulamento e na legislação e regulamentação vigente, o Custodiante, com a anuência da Administradora, aceita a indicação da Consultora para exercer, na condição de fiel depositário, a guarda física dos originais dos Documentos de Crédito, seus anexos, seguros, garantias, e outros documentos que lastrearem os Direitos de Crédito.

Parágrafo 2º O Custodiante deverá proceder a auditorias periódicas, no mínimo trimestrais, dos Documentos de Crédito e dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo com vistas a verificar a regularidade desses. Tais auditorias periódicas poderão ser realizadas por amostragem, desde que observados parâmetros de quantidade e de diversificação de Devedores descritos a seguir. Sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante pela realização das referidas auditorias periódicas, será permitido ao Custodiante, às suas expensas, delegar a operacionalização das referidas auditorias periódicas a empresa de auditoria contábil devidamente cadastrada na CVM.

Parágrafo 3º O Custodiante analisará trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os Clientes dos respectivos Direitos Creditórios selecionados, de acordo com a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Sendo:

ϵ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral

Parágrafo 4º O Fundo, com a interveniência e anuência da Administradora e do Custodiante, aceita a contratação da Consultora para, de acordo com os procedimentos de cobrança previstos no Capítulo XI, adotar as medidas cabíveis com relação à cobrança judicial e extrajudicial contra os respectivos Devedores que não efetuarem o pagamento de Direitos de Crédito, sendo que o Fundo, por meio do seu representante legal, deverá atuar no pólo ativo de qualquer cobrança judicial contra tais Devedores, e reembolsar a Consultora de toda e qualquer despesa, efetiva e comprovadamente ocorrida na defesa dos interesses do Fundo, observado o disposto no Artigo 57, nos termos do Contrato de Cobrança. Em hipótese alguma será a Administradora responsável pelo pagamento ou reembolso à Consultora de quaisquer despesas porventura não alocadas ao Fundo.

Artigo 28 Como Auditor Independente do Fundo foi contratada a **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 057.755.217/0001-29, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, sociedade devidamente cadastrada na CVM (o "Auditor Independente").

Parágrafo Único O Auditor Independente realizará procedimentos específicos, com o objetivo de verificar a exatidão das seguintes informações fornecidas pela Administradora e/ou Consultora, com base no arquivo disponibilizado pelo Custodiante, relativas aos Direitos de Crédito de tempos em tempos adquiridos pelo Fundo, por amostragem: (i) identificação dos Devedores cadastrados junto ao Custodiante; e (ii) o valor da parcela a receber relativa ao mês de referência da verificação. O Auditor Independente elaborará e enviará à Administradora, à Gestora, ao Custodiante e à Consultora relatórios sumarizados dos resultados dos procedimentos descritos neste parágrafo (o "Relatório de Avaliação").

CAPÍTULO XI - POLÍTICA DE COBRANÇA

Artigo 29 Observados os termos e as condições da legislação aplicável, os Devedores efetivarão o pagamento da totalidade dos valores decorrentes dos Direitos de Crédito, cujos respectivos Direitos de Crédito sejam de titularidade do Fundo, por meio de depósito único em uma das Contas de Recebimento, na forma do Contrato de Cessão e dos Contratos de Agente de Recebimento, conforme informado pela Consultora aos Devedores.

Parágrafo 1º Observado o disposto neste Artigo e nos Contratos de Agente de Recebimento, os Agentes de Recebimento deverão proceder à conciliação dos valores recebidos nas Contas de Recebimento, de forma a identificar quais Direitos de Crédito foram liquidados. Os Agentes de Recebimento deverão transferir para a Conta do Fundo,

em até 01 (um) Dia Útil do seu recebimento, os valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo depositados pelos Devedores nas respectivas Contas de Recebimento.

Parágrafo 2º Na hipótese de os Cedentes virem a receber valores referentes a qualquer pagamento dos Direitos de Crédito por eles cedidos ao Fundo, os Cedentes deverão transferir ao Fundo o montante porventura recebido, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento de tais valores e informar a Consultora acerca da transferência, sob pena de em não o fazendo, ficarem impedidos de realizar cessões ao Fundo. Uma vez informada, a Consultora deverá transmitir a informação ao custodiante até o primeiro Dia Útil imediatamente subsequente ao recebimento da informação.

Parágrafo 3º Além das disposições deste Artigo, a Consultora será responsável, nos termos do Contrato de Consultoria e da Política de Cobrança descrita no Anexo V deste Regulamento, pela implementação dos procedimentos de cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito, cujos Devedores estejam inadimplentes, na qualidade de mandatária do Fundo e prestadora de serviços especialmente contratados pelo Fundo.

Parágrafo 4º Não obstante o disposto no Parágrafo 1º acima, a Consultora não será responsável pelos resultados obtidos na implementação da Política de Cobrança descrita no Anexo V nem pelo pagamento ou liquidação dos Direitos de Crédito dos Devedores que estejam inadimplentes com o Fundo.

CAPÍTULO XII - QUOTAS

Artigo 30 A Administradora, em nome do Fundo, e mediante instruções da Consultora, poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, desde que:

- (a) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- (b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos; e
- (c) a emissão seja levada a registro, ou se obtenha dispensa de registro, perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356.

Parágrafo 1º Cada emissão de série de Quotas Seniores pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do Suplemento da respectiva série, na forma do Anexo IV a este Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série: (i) quantidade de Quotas Seniores, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Datas de Amortizações Programadas, (v) Data de Resgate, (vi) Número Mínimo de Quotas; (vii) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva série de Quotas Seniores; e (viii) forma de integralização (o "Suplemento"). Fica desde já autorizada a inclusão de Suplementos elaborados nos termos do Anexo IV ao presente Regulamento por meio de ato da Administradora, sendo dispensada a realização de

Assembleia Geral de Quotistas para tanto.

Parágrafo 2º A Meta de Rentabilidade Prioritária de cada série de Quotas Seniores será estabelecida no Suplemento de emissão da respectiva série, e as Quotas terão seu valor calculado com base no Artigo 37 a seguir.

Parágrafo 3º As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão fixado no respectivo Suplemento de emissão;
- (c) Valor Unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37 deste Regulamento; e
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá a 1 (um) voto.

Parágrafo 4º As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cada série.

Parágrafo 5º Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo. O funcionamento do Fundo está condicionado à subscrição de no mínimo 1 (uma) Quota Senior.

Artigo 31 O Fundo emitirá Quotas Subordinadas podendo ser mantido em circulação um número indeterminado das mesmas.

Parágrafo 1º As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admite-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios;
- (c) o Valor Unitário de Emissão na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo que as Quotas Subordinadas distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (d) a seguir;

- (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 38 deste Regulamento;
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- (f) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas.

Artigo 32 As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural em contas de depósito em nome de seus titulares.

Parágrafo 1º As Quotas Seniores serão passíveis de negociação nos termos do Capítulo XVI deste Regulamento.

Parágrafo 2º As Quotas Subordinadas não serão objeto de oferta pública de quotas e somente poderão ser negociadas privadamente e entre Investidores Qualificados sendo vedado seu registro em mercado de balcão organizado ou não.

Artigo 33 As Quotas do Fundo não serão avaliadas por agência classificadora de risco especializada, exceto se realizado a distribuição pública das mesmas.

CAPÍTULO XIII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

Artigo 34 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 37 e 38 deste Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão), por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN que venha a substituí-las, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 35 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Parágrafo 1º No ato de subscrição de Quotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas, conforme o previsto no Suplemento de distribuição da respectiva série de Quotas Seniores, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

Parágrafo 2º O extrato da conta de depósito, emitido pelo Agente Escriturador, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as disposições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis

ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Artigo 36 Não será cobrada taxa de ingresso pela Administradora.

Artigo 37 A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores de cada série, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência (conforme definido no Parágrafo 4º a seguir).

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores de cada série, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir o valor de integralização de Quotas Seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição.

Parágrafo 2º Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, calculado conforme o *caput* deste Artigo, na respectiva Data de Amortização e Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Seniores.

Parágrafo 3º Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (b) do *caput* deste Artigo às Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

Parágrafo 4º Com relação a cada série de Quotas Seniores, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores da série em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.

Artigo 38 A emissão da primeira série de Quotas Subordinadas ocorrerá em até 30 (trinta) dias contados do registro do Fundo perante a CVM.

Parágrafo Único A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido o valor das Quotas Seniores em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de cálculo.

CAPÍTULO XIV - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 39 As Quotas Seniores de cada série serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto neste Capítulo.

Parágrafo Único A ocorrência de feriado na cidade em que seja sediada a Administradora não alterará a data prevista para qualquer resgate ou amortização, devendo as mesmas ser pagas nas datas originalmente previstas. Na hipótese de a data prevista para qualquer resgate ou amortização não ser dia útil ou ser feriado na cidade de São Paulo, referida amortização ou resgate será realizado no primeiro Dia Útil ou Dia útil na cidade de São Paulo, conforme o caso, imediatamente subsequente.

Artigo 40 Sem prejuízo do previsto no Artigo 41 a seguir, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Artigo 41 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 47 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Assembléia Geral poderá determinar alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em Circulação, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembléia Geral.

Artigo 42 Quaisquer alterações nos direitos, vantagens e garantias, bem como nas Datas de Resgate e Amortizações Programadas e Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores de qualquer série deverão observar os quoruns específicos estabelecidos no Capítulo XXII deste Regulamento.

Artigo 43 É facultada a amortização parcial de Quotas Subordinadas antes do resgate das Quotas Seniores no montante equivalente ao patrimônio das Quotas Subordinadas que exceder a Razão de Garantia, desde que o Fundo tenha disponibilidades para tanto.

Parágrafo Único Em cada data de Amortização Programada de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas serão também realizadas amortizações parciais de Quotas Subordinadas Junior no montante equivalente ao patrimônio das Quotas Subordinadas que exceder a Relação Mínima, desde que o Fundo tenha disponibilidades para tanto, observado o disposto no Artigo 52 a seguir.

CAPÍTULO XV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Artigo 44 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 47 deste Regulamento, o Custodiante, instruído pela Administradora, seguindo orientações da Consultora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme Artigo 37 deste Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas na hipótese prevista no Artigo 52 deste Regulamento ou após o resgate integral das

Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme Artigo 38 deste Regulamento.

Parágrafo 1º A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN que venha a substituí-las.

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização, ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 57 deste Regulamento, em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, ou seja feriado na cidade de São Paulo, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

CAPÍTULO XVI - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 45 As Quotas Seniores poderão ser registradas para negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado, no SOMAFIX, no BOVESPAFIX e/ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, de acordo com a legislação vigente, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Artigo 46 Na hipótese de negociação de Quotas Seniores, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

Parágrafo Único Na hipótese de realização de distribuição pública de Quotas, a negociação de qualquer das Quotas do Fundo somente poderá ocorrer antes de completados 18 (dezoito) meses do encerramento da distribuição, caso: (i) o titular de Quotas aliene todas as Quotas por ele subscritas para um único investidor, ou (ii) a negociação se dê entre os titulares das Quotas. A distribuição pública de cada série de Quotas Seniores será destinada a no máximo 20 (vinte) investidores.

CAPÍTULO XVII - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 47 Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores da primeira série até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora, conforme

orientação da Consultora, se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) devolução, aos titulares das Quotas Seniores, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas Seniores específica; e
- (d) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

CAPÍTULO XVIII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 48 Os ativos que compõem a carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, mediante a utilização dos seguintes critérios:

- (a) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado);
- (b) os Direitos de Crédito, que em sua Data de Aquisição estejam a vencer (os “Direitos de Crédito a Vencer”), serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis, pelo número de Dias Úteis a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável. Na hipótese de vencimento dos Direitos de Crédito a Vencer sem que esses sejam pagos, os mesmos deverão ser objeto de constituição de provisão nos termos do Artigo 49 a seguir.
- (c) os Direitos de Crédito que em sua Data de Aquisição estejam vencidos (os “Direitos de Crédito Vencidos”) serão contabilizados com base em seu custo de aquisição na data de assinatura do respectivo Contrato de Cessão ou Termo de Cessão por meio do qual foram adquiridos e permanecerão contabilizados por tal valor até (i) que ocorra seu efetivo pagamento ou (ii) que o crédito seja considerado extinto por decisão judicial irreversível.

Parágrafo 1º O Fundo terá escrituração contábil própria.

Parágrafo 2º Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito a Vencer, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Os Direitos de Crédito Vencidos não serão objeto (a) de apropriação de rendimentos e/ou multas de mora; e (b) de aplicação de regras para provisão de devedores duvidosos.

Artigo 49 As perdas e provisões com os Direitos de Crédito a Vencer serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Parágrafo 1º Não obstante o estabelecido no caput, não será constituída provisão para devedores duvidosos em relação aos Direitos de Crédito a Vencer que, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, sejam classificados como “nível AA” ou “nível A”.

Parágrafo 2º Não obstante o estabelecido no caput, não será constituída provisão para devedores duvidosos em relação aos Ativos Financeiros.

Parágrafo 3º Não obstante o estabelecido no caput, as provisões para devedores duvidosos atingirá os demais Direitos de Créditos do mesmo devedor inadimplente, ou seja, será estabelecido um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas por se referirem a Direitos de Crédito A Vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado “efeito vagão”.

Parágrafo 4º Não obstante o estabelecido no caput, o Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito a Vencer em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a totalidade dos valores relativos a Direitos de Crédito a Vencer devidos e não pagos ao Fundo como perda.

Parágrafo 5º Na hipótese de existência de Direitos de Crédito a Vencer, com atrasos superiores a 181 (cento e oitenta e um) dias na carteira do Fundo, a Consultora poderá empreender seus esforços para identificar potenciais compradores para tais Direitos de Crédito.

Parágrafo 6º Caso os Direitos de Créditos a Vencer que tenham sido inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os mesmos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo.

Parágrafo 7º O Custodiante deverá realizar a conciliação da posição “em ser” da carteira de Direitos de Crédito do Fundo, de acordo com as informações disponibilizadas pelo Agente de Recebimento.

CAPÍTULO XIX - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 50 Desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, a Consultora verificará, todo Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo (a “Razão de Garantia”) é igual ou superior à Relação Mínima, conforme definida abaixo.

Parágrafo Único Para fins deste Artigo 50, a Relação Mínima será de 105% (cento e cinco por cento) até que a Razão de Garantia atinja 111% (cento e onze por cento) ou transcorra o prazo de 6 (seis) meses a contar do início das atividades do Fundo, o que acontecer primeiro. Após a ocorrência de qualquer um dos dois eventos estabelecidos neste parágrafo a Relação Mínima passará a ser igual a 111% (cento e onze por cento) (a “Relação Mínima”).

Artigo 51 Caso a Razão de Garantia seja inferior à Relação Mínima por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos serão adotados os seguintes procedimentos:

- (a) A Consultora informará imediatamente a Administradora, a qual deverá então comunicar, imediatamente, tal ocorrência aos Quotistas Subordinados, mediante o envio de carta ou correio eletrônico, para realizar aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas; e
- (b) Os Quotistas Subordinados deverão subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista na alínea “a” deste parágrafo, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia.

Parágrafo Único Caso Os Quotistas Subordinados não realizem o aporte adicional de recursos conforme a alínea (b) do caput deste Artigo, a Administradora deverá adotar os procedimentos do Artigo 53 deste Regulamento.

Artigo 52 Caso a Razão de Garantia seja superior à Relação Mínima (o “Excesso de Cobertura”), a Administradora poderá realizar, conforme orientação da Consultora, a amortização parcial das Quotas Subordinadas do montante que exceder a Relação Mínima, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- (a) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente e por este Regulamento;
- (b) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de

Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido sanados nos termos deliberados em Assembleia Geral; e

- (c) desde que haja caixa disponível no Fundo em montante suficiente.

Parágrafo 1º Para fins do previsto no *caput* deste Artigo, a Administradora deverá comunicar em 01 (um) Dia Útil após o recebimento de notificação a ela enviada pela Consultora nos termos da alínea “a” do Artigo 51 acima, a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas.

Parágrafo 2º A Administradora, observado o disposto no *caput* deste Artigo 52, deverá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas em até 02 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação da Consultora prevista no *caput* deste Artigo, sujeito à confirmação pela Consultora da continuidade do Excesso de Cobertura.

CAPÍTULO XX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 53 São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos (os “Eventos de Avaliação”):

- (a) rebaixamento da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em Circulação em 02 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- (b) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (c) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham o Critério de Elegibilidade;
- (d) cessação pela Consultora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Consultoria; e
- (e) caso a Razão de Garantia não seja atendida dentro do prazo estabelecido para o reenquadramento nos termos do Capítulo XIX deste Regulamento;
- (f) o somatório do valor contábil dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos, representar, a qualquer momento: (i) 20% (vinte por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante os dois primeiros anos contados da Data da 1ª Subscrição de Quotas; (ii) 30% (trinta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo durante o terceiro ano após a Data da 1ª Subscrição de Quotas; e (iii) 40% (quarenta por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo a partir do quarto ano após a Data da 1ª Subscrição de

Quotas

Artigo 54 O Fundo não estará sujeito à liquidação automática. Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação será convocada Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XX, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo, independentemente da convocação de nova Assembleia Geral nos termos do Artigo 58 deste Regulamento.

Parágrafo 1º Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Parágrafo 2º Na hipótese de os Quotistas deliberarem pela liquidação do Fundo, esses deverão estabelecer em Assembleia Geral, os procedimentos que deverão ser adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

Parágrafo 3º No caso de decisão assemblear pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado aos Quotistas dissidentes, o resgate das Quotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e neste Regulamento. Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia Geral em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao Artigo 15 da Instrução CVM 356, o Fundo está vedado de realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a deliberação da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo determine a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em Circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora e a Gestora liquidarão todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVII, a Administradora determinará ao custodiante que debite à Conta do Fundo e procederá ao resgate das Quotas Seniores em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Parágrafo 5º Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, a Administradora poderá convocar Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Parágrafo 6º Caso seja deliberada a liquidação do Fundo, até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

Artigo 55 Os recursos auferidos pelo Fundo nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 54 acima, serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XVII. Os procedimentos descritos no Parágrafo 4º do Artigo 54 acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas.

Artigo 56 Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Avaliação e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 54 acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores em Circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil, cujas frações ideais de cada titular de Quotas Seniores serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas devidas por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. A Administradora deverá notificar os Quotistas, titulares das Quotas Seniores, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro; e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas Seniores fizer jus. Referido condomínio, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio. Realizados tais procedimentos, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

Parágrafo Único. Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas Seniores em Circulação.

CAPÍTULO XXI - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 57 Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (os “Encargos do Fundo”):

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;

- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, incluindo, mas não se limitando ao valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i) despesas de registro e contribuição anual devida à bolsa de valores e mercado de balcão organizado, em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- j) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I, do Artigo 31, da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único As despesas não previstas neste Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

CAPÍTULO XXII - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 58 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido

objeto de redução;

- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XV deste Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento, exceção feita à inclusão de Suplementos nos termos do Artigo 31, Parágrafo 1º deste Regulamento;
- (f) aprovar a substituição do Custodiante, dos Agentes de Recebimento, da Gestora, da Consultora e do Auditor Independente;
- (g) aprovar a cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos neste Regulamento;
- (h) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
- (i) aprovar a liquidação do Fundo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação; e
- (j) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

Artigo 59 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, (i) sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes; e (ii) para a inclusão de Suplementos elaborados nos termos do Anexo IV.

Artigo 60 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de publicação no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou envio de carta ou correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo 2º A Assembleia Geral será considerada validamente instalada em primeira

convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Quotistas, independentemente da classe à qual pertençam. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, da Gestora, da Consultora, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local da sede da Administradora, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as correspondências e endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Parágrafo 7º Na hipótese de a convocação de Assembléia Geral ser realizada por meio de envio de carta ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, a Administradora deverá enviar, simultaneamente ao envio aos Quotistas, cópia da referida comunicação à Consultora.

Artigo 61 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1(um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Artigo 62 Ressalvado o disposto nos parágrafos deste Artigo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo 1º A alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas dependerão da aprovação dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas em Circulação.

Parágrafo 2º As seguintes matéria deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares de Quotas que representem maioria das Quotas emitidas, e, em segunda convocação pela maioria das Quotas dos presentes:

- (i) alteração da remuneração da Administradora;
- (ii) alteração da política de investimento e da política de concessão de crédito, estabelecidas nos Capítulos IV e VI deste Regulamento, respectivamente;
- (iii) alteração do Critério de Elegibilidade;
- (iv) as matérias previstas no Artigo 57 e no Parágrafo 2º do Artigo 30 deste Regulamento;
- (v) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento; e
- (vi) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar.

Artigo 63 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

Artigo 64 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação, instalação e deliberação previstos neste Regulamento.

Artigo 65 As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.

CAPÍTULO XXIII - PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 66 A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora e nas instituições autorizadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Artigo 67 A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do

Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Seniores. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no Artigo 34, inciso IV da Instrução nº 356, alterada pela Instrução nº 393, da CVM, as quais estão previstas no artigo 70 abaixo.

Artigo 68 A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos: (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 69 As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Artigo 70 A Administradora cabe divulgar no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, no mínimo, anualmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Seniores; e (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil.

Parágrafo Único A divulgação aos Quotistas das informações previstas neste Regulamento deve ser feita por meio de (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de (ii) correio eletrônico ou carta enviados ao Quotista. Qualquer mudança, com relação ao Periódico, deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

CAPÍTULO XXIV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 71 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a serem cumpridas pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 72 O presente Regulamento, respectivos Suplementos e suas alterações serão levados a registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na Sede da Administradora, em 10 (dez) Dias Úteis contados da deliberação da Assembléia Geral ou da Administradora, e em 30 (trinta) dias quando a alteração advir de exigência legal ou regulamentar.

Artigo 73 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 dezembro de cada ano.

Artigo 74 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF, conforme o Artigo 47 deste Regulamento.

Artigo 75 Por ocasião da auditoria de que trata o Artigo 74 acima, os demonstrativos trimestrais do Fundo serão examinados para, após isso, serem submetidos à apreciação da CVM, nos termos da Instrução CVM 356.

Artigo 76 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

ANEXO I - DEFINIÇÕES

<u>Administradora:</u>	é a BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
<u>Agente Esriturador:</u>	é o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Agentes de Recebimento:</u>	são instituições financeiras a serem contratadas pelo Fundo exclusivamente para prestar serviços de recebimento dos valores dos Direitos de Crédito a serem depositados pelos respectivos Devedores;
<u>Amortização Programada:</u>	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortizações Programadas, conforme previsto no Suplemento da respectiva série;
<u>Assembleia Geral:</u>	é a Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
<u>Auditor Independente:</u>	é KPMG Auditores Independentes ou sua sucessora a qualquer título;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>BOVESPAFIX</u>	é o mercado de títulos de renda fixa privada, mantido pela Bolsa de Valores de São Paulo
<u>Cedentes:</u>	são todas as pessoas físicas ou jurídicas que venham a ceder Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão e Termos de Cessão;
<u>Comunicação de Renúncia:</u>	é a comunicação a ser enviada aos Quotistas pela Administradora em caso de sua renúncia à sua função;
<u>Condições de Cessão</u>	são as condições para aquisição de Direitos de Crédito, estipuladas no Artigo 10 deste Regulamento;
<u>Consultora:</u>	é a Silverado Informações Cadastrais Ltda., ou sua sucessora a qualquer título;

<u>Conta do Fundo:</u>	é a conta corrente de titularidade do Fundo, a ser por ele mantida junto ao Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão na agência 001, e que será por ele utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
<u>Contas de Recebimento:</u>	(i) é a conta-corrente de titularidade do Fundo, a ser por ele mantida junto ao Banco Bradesco S.A., bem como (ii) as contas bancárias a serem abertas e mantidas pelo Fundo junto aos Agentes de Recebimento, e (iii) as contas bancárias abertas e mantidas por Cedentes, exclusivamente para o recebimento de pagamentos relativos a operações de cessão por elas contratadas com o Fundo, as quais só podem ser movimentadas por estes, exclusivamente na forma estabelecida no respectivo Contrato de Agente de Recebimento;
<u>Contrato de Agente de Recebimento:</u>	são os Contratos de Prestação de Serviço para recebimento dos valores dos Direitos de Crédito, celebrado entre o Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada um dos Agentes de Recebimento;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, e cada Cedente, e seus Termos de Cessão;
<u>Contrato de Consultoria</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria, celebrado entre a Consultora e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros e Controladoria e Escrituração de Quotas para Fundos de Investimento em Direitos De Crédito, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Escrituração:</u>	é o Contrato de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Serviços</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria,

<u>de Auditoria Independente:</u>	firmado entre a Auditoria Independente e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Critério de Elegibilidade:</u>	têm o significado que lhe é atribuído no Artigo 11 deste Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	é o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Data da 1ª Subscrição de Quotas:</u>	é a data da 1ª subscrição de Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, conforme indicada no Suplemento da respectiva série;
<u>Data de Aquisição:</u>	é a data de aquisição e pagamento prevista no Artigo 10 deste Regulamento;
<u>Datas de Amortização:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembleia Geral de Quotistas, conforme o caso;
<u>Devedores:</u>	são todas as pessoas físicas ou jurídicas contra quem os Cedentes têm Direito de Crédito, de acordo com os respectivos Documentos de Crédito;
<u>Dia Útil:</u>	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário nacional;
<u>Direitos de Crédito Elegíveis:</u>	significa os Direitos de Crédito que satisfaçam cumulativamente, na data de aquisição, ao Critério de Elegibilidade definido no Artigo 12 deste Regulamento;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são todos os direitos de crédito individualmente representados por duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário ou todo e qualquer outro título representativo de créditos incluindo, mas não se

	limitando, a ordens judiciais de pagamento e contratos de qualquer natureza, desde que com objeto lícito, originados de operações e qualquer segmento lícito da economia, em sua aquisição, vencidos ou a vencer, futuros ou já formalmente constituídos sem qualquer limitação quanto ao tipo de direito de crédito ou do Cedente;
<u>Direitos de Crédito a Vencer:</u>	os Direitos de Crédito que em sua Data de Aquisição não estejam vencidos;
<u>Direitos de Crédito Vencidos:</u>	os Direitos de Crédito que em sua Data de Aquisição estejam vencidos;
<u>Documentos de Crédito:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 2º, Parágrafo Único deste Regulamento;
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Documentos de Crédito, Contrato de Cessão e seus Termos de Cessão, Regulamento e seus Suplementos, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Serviços de Classificação de Risco (se houver), Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Depósito, Contrato de Agente de Recebimento;
<u>Encargos do Fundo:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 57 deste Regulamento;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	são os Eventos de Avaliação que, após deliberação da Assembléia Geral, sejam considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento;
<u>Excesso de Cobertura:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 52 deste Regulamento;
<u>Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;
<u>Gestora:</u>	é a BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda., com sede na Av. Borges de Medeiros, 633 – salas 401, 402 e 403, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de

	Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 08.896.477/0001-09.;
<u>Instituições Autorizadas:</u>	<p>São as seguintes instituições financeiras e suas afiliadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Banco ABN-AMRO Real S.A.; • Banco Citibank S.A.; • HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; • Banco Santander S.A.; • ING Bank N.V. S.A.; • Banco do Brasil S.A.; • Banco Bradesco S.A.; • Banco Itaú S.A.; • Banco Unibanco S.A.; • Banco UBS Pactual S.A.; • Banco Safra S.A.; e • Banco Votorantim S.A.
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393 da CVM, datada de 22 de julho de 2003, Instrução nº 435 da CVM, de 5 de julho de 2006, Instrução nº 442, de 8 de dezembro de 2006, e Instrução nº 446, de 21 de dezembro de 2006;
<u>Instrução CVM 444:</u>	é a Instrução nº 444 da CVM, de 08 de dezembro de 2006;
<u>Investidores Qualificados:</u>	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios – não padronizados;
<u>Meta de Rentabilidade Prioritária:</u>	é a meta de remuneração de cada série de Quotas Seniores estabelecida no respectivo Suplemento, de acordo com este Regulamento;
<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da

	carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo referidos no Capítulo XX e às provisões referidas no Capítulo XVIII deste Regulamento;
<u>Periódico:</u>	é o jornal Valor Econômico;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito, descrita no Anexo V ao Regulamento;
<u>Quotas Seniores em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria;
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe Seniores, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Subordinadas em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Subordinadas emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas resgatadas;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotas:</u>	são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas;
<u>Quotistas Seniores:</u>	são os titulares das Quotas Seniores;
<u>Quotistas Subordinados:</u>	são os titulares das Quotas Subordinadas;
<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Razão de Garantia:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Regulamento:</u>	é o regulamento do Fundo;
<u>Relação Mínima:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Único do Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

<u>SOMAFIX</u>	É o sistema eletrônico mantido pelo BM&F BOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros para negociação de títulos e valores mobiliários de renda fixa privados.
<u>Suplemento:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 30, Parágrafo 1º deste Regulamento;
<u>Taxa de Administração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 19 deste Regulamento;
<u>Taxa de Consultoria:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 25 deste Regulamento;
<u>Taxa DI:</u>	<p>Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;</p> <p>No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores;</p> <p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso.</p>
<u>Termo de Adesão:</u>	é o documento por meio do qual o Quotista adere a este Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Anexo II do presente Regulamento;
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o valor unitário de emissão das Quotas Seniores de

	<p>cada série, ou das Quotas Subordinadas, na Data da 1ª Subscrição de Quotas da respectiva série, que deverá ser de, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).</p>
<u>Valor Unitário de Referência:</u>	<p>significa: (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores da série, em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.</p>

ANEXO II - TERMO DE ADESÃO

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
SILVERADO OUTLIER**

ANEXO III - MODELO DE SUPLEMENTO

SUPLEMENTO AO REGULAMENTO [●] DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS SILVERADO OUTLIER

Suplemento ao regulamento para emissão da [●] Série de Quotas Seniores da [●] Distribuição Pública de Quotas Seniores do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS SILVERADO OUTLIER** (o “Fundo”), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade máxima de Quotas Seniores: [●];
- b) Valor Unitário de Emissão: [●];
- c) Número Mínimo de Quotas a serem subscritas por investidor: [●];
- d) Data de Emissão: [●] de [●] de [●];
- e) Data de Resgate: dia 30 do [●] mês a contar da Data da 1ª Subscrição de Quotas da [●]ª Série de Quotas Seniores do Fundo, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- f) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de [●] das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\frac{Taxa_{DI}}{100} \right)^2 \right]^{\frac{252}{2}}$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

- g) Amortizações Programadas: [A presente série de Quotas Seniores será amortizada integralmente na Data de Resgate, não existindo outras amortizações programadas / terá seu principal amortizado parcialmente segundo os percentuais e datas a seguir estabelecidos:

Percentual do Principal a ser Amortizado	Data de Amortização
[●]%	[●] de [●] de [●]
[●]%	[●] de [●] de [●]

]

h) Forma de Integralização: [●]

i) Quantidade Mínima de Quotas Seniores: [●]

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, [●] de [●] de 2008.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS SILVERADO
OUTLIER, REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Nome: _____

Cargo: _____

Nome: _____

Cargo: _____

Testemunhas:

1. _____

Nome:

RG:

C.P.F./MF:

2. _____

Nome:

RG:

C.P.F./MF:

ANEXO IV

SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS SILVERADO OUTLIER

C.N.P.J. Nº 10.340.515/0001-94

Suplemento ao Regulamento para emissão da 1ª Série de Quotas da 1ª Distribuição Pública de Quotas Seniores do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS SILVERADO OUTLIER** (o “Fundo”), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: 25 Quotas Seniores;
- b) Valor Unitário de Emissão: R\$1.000.000,00;
- c) Número Mínimo de Quotas a serem subscritas por investidor: 01;
- d) Data de Emissão: 1º de novembro de 2008;
- e) Data de Resgate: dia 30 do 65º mês a contar da Data de Emissão;
- f) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 175% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}}{100} \right)^{(1/252)} - 1 \right) * 175\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

g) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de forma parcial conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir.

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 17º mês a contar da Data de Emissão, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;

- (ii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo, no dia 30 do 29º mês a contar da Data de Emissão, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;
- (iii) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 41º mês a contar da Data de Emissão, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente; e
- (iv) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 53º mês a contar da Data de Emissão, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente.

h) Forma de Integralização: À vista e em moeda corrente.

i) Número Mínimo de Quotas a serem distribuídas: 01;

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2008.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS SILVERADO OUTLIER,
REPRESENTADO PELA ADMINISTRADORA BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Nome: _____

Cargo: _____

Nome: _____

Cargo: _____

Testemunhas:

1. _____

Nome:

RG:

C.P.F.:

2. _____

Nome:

RG:

C.P.F.:

ANEXO V

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS SILVERADO OUTLIER

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será feita pela Consultora.

A cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será feita pela Consultora segundo as etapas da cobrança são a seguir descritas:

- (a) após 3 (três) dias da assinatura do Termo de Cessão, a Consultora enviará aos respectivos Devedores dos Direitos de Crédito:
 - a. notificação aos respectivos Devedores da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, em atendimento ao Artigo 290 do Código Civil; e
 - b. o boleto de cobrança para liquidação dos Direitos de Crédito que preverá o pagamento na Conta de Recebimento.
- (b) após 10 (dez) dias da cessão dos Direitos de Crédito, a Consultora confirmará junto aos respectivos Devedores o recebimento do boleto de cobrança, mediante:
 - a. a realização de contato telefônico e envio de correspondência aos Devedores, solicitando a confirmação por escrito (via fax, e-mail ou carta) do recebimento do boleto de cobrança;
 - b. a Consultora poderá, adicionalmente, a seu exclusivo critério, solicitar a confirmação por escrito do Devedor da existência e legitimidade do Direito de Crédito.
- (c) até 03 (três) dias antes do vencimento do Direito de Crédito, a Consultora entrará em contato por telefone com o respectivo Devedor que não tiver confirmado o recebimento do boleto de cobrança, com o objetivo informar ao Devedor o vencimento do Direito de Crédito e, se for o caso, providenciar a emissão da segunda via do boleto de cobrança;
- (d) após 02 (dois) dias do vencimento do Direito de Crédito, a Consultora entrará em contato com o respectivo Devedor para comunicá-lo do vencimento e da necessidade de pagamento do Direito de Crédito correspondente em até 3 (três) Dias Úteis, contados de tal comunicação;
- (e) caso o Direito de Crédito não seja pago no prazo de 03 (três) Dias Úteis mencionado no item (d) acima, o Documento de Crédito representativo do Direito de Crédito será levado a protesto pela Consultora no competente Cartório de Protestos;
- (f) caso o protesto não seja sustado tempestivamente pelo respectivo Devedor, a Consultora entrará em contato com tal Devedor e com o Cedente a ele relacionada, com o objetivo de obter o pagamento do Direito de Crédito;

- (g) caso sejam constatadas quaisquer divergências durante todo o procedimento de acompanhamento e cobrança previstos neste Anexo, a Consultora, a seu exclusivo critério e observado os limites previstos no Contrato de Consultoria, poderá conceder a prorrogação, desconto ou parcelamento dos valores dos Direitos de Crédito, ou adotar outras alternativas eficazes para obter o recebimento extrajudicial dos valores referentes aos Direitos de Créditos;
- (h) não havendo acordo ou negociação que permita o recebimento do valor dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, conforme o procedimento acima previsto, o Fundo iniciará o procedimento de cobrança judicial do Direito de Crédito contra o Devedor, o Cedente e o respectivo garantidor do Direito de Crédito, conforme o caso, de acordo com as disposições do respectivo Contrato de Cessão.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II

SUPLEMENTO DO REGULAMENTO RELATIVO À 1ª EMISSÃO DE QUOTAS SENIORES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

20 OUT 2008 907863

ANEXO IV

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**SUPLEMENTO DO REGULAMENTO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS
SENIORES**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
SILVERADO OUTLIER**

C.N.P.J. Nº 10.340.515/0001-94

Suplemento ao Regulamento para emissão da 1ª Série de Quotas da 1ª Distribuição Pública de Quotas Seniores do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS SILVERADO OUTLIER** (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas: 25 Quotas Seniores;
- b) Valor Unitário de Emissão: R\$1.000.000,00;
- c) Número Mínimo de Quotas a serem subscritas por investidor: 01;
- d) Data de Emissão: 1º de novembro de 2008;
- e) Data de Resgate: dia 30 do 65º mês a contar da Data de Emissão;
- f) Meta de Rentabilidade Prioritária: acumulação de 175% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:

$$\left[1 + \left(\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}}{100} \right)^{(1/252)} - 1 \right) * 175\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

g) Amortizações Programadas: A presente série de Quotas será amortizada de forma parcial conforme as Datas de Amortização Programadas descritas a seguir.

- (i) 20% (vinte por cento) do valor do principal aportado pelo investidor, no dia 30 do 17º mês a contar da Data de Emissão, sendo que caso essa data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente;



20061008 907863

- CFR 3721

ANEXO III

RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS SENIORES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FIDC NP SILVERADO OUTLIER

Condomínio:	Fechado	Administrador:	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Prazo:	Indeterminado	Gestor:	BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.
Data de Registro da Oferta:	02/02/2009	Custodiante:	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
Classe	Sênior e Subordinada	Auditor:	KPMG Auditores Independentes
Política de Investimento:	<ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 50% do PL em Direitos Creditórios representados por duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário ou todo e qualquer outro título representativo de créditos incluindo, mas não se limitando, a ordens judiciais de pagamento e contratos de qualquer natureza, desde que com objetivo lícito, vencidos ou a vencer, futuros ou já formalmente constituídos sem qualquer limitação quanto ao tipo de direito de crédito ou quanto aos cedentes. • Restante: moeda corrente moeda corrente nacional; títulos de emissão do Tesouro Nacional; títulos de emissão do BACEN; operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas "b" e "c" acima, contratadas com Instituições Autorizadas; cotas de fundos de investimento de renda fixa, administrados ou não pela Administradora, que apliquem preponderantemente nos ativos listados em "b" e "c" acima; e certificados e recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa de emissão das Instituições Autorizadas, exceto cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). 		
Concentração:	<ul style="list-style-type: none"> • Não há limite de concentração para cedentes e/ou sacados. 		
Benchmark	<ul style="list-style-type: none"> • 175% CDI 		

Regulamento 18/12/2008

Analistas

Classe / Série	Mai/09 (atual)	Out/08 (inicial)	Cátia Mota	Maurício Bassi
Sênior	BB-	BB-	Tel.: 55 11 3377 0718	Tel.: 55 11 3377 0709
	Estável	Estável	catia.mota@austin.com.br	mauricio.bassi@austin.com.br

Validade do Rating: 17/set/2009

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 15 de maio de 2009, manteve a classificações **BB-** (duplo B menos) para a Primeira Série de Cotas Seniores a serem emitidas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Silverado Outlier (FIDC NP Silverado Outlier). A perspectiva manteve-se estável. Este relatório representa a análise do primeiro trimestre civil de 2009 (de 01 de janeiro a 31 de março de 2009). Ressalta-se que até o final do trimestre avaliado não haviam sido emitidas Cotas Seniores, objeto desta análise.

ENQUADRAMENTO

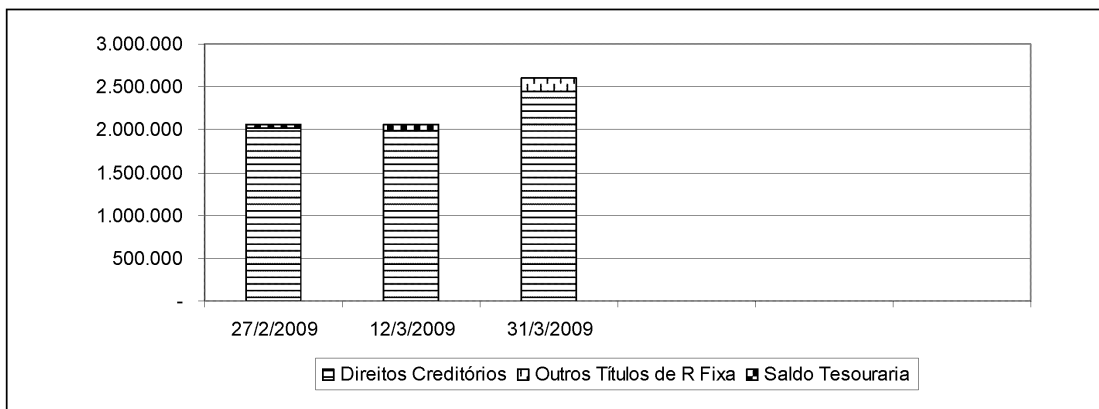
	Parâmetro	31/03/09	12/03/09	27/02/09
Dir. Creditórios / PL	Mínimo 50%	Não enquadrado*	Não enquadrado*	Não enquadrado*
PL/ Cotas Seniores	105,0%	Enquadrado	Enquadrado	Enquadrado
<i>Benchmark</i>	175,0% CDI	Não se aplica**	Não se aplica**	Não se aplica**

(*) Não enquadrado, porém está dentro do limite de 90 dias para formação de carteira.

(**) Não se aplica, pois nestas datas não haviam sido emitidas Cotas Seniores.

Posição da Carteira e % do PL						
Títulos/Datas	27/2/2009	%	12/3/2009	%	31/3/2009	%
Direitos Creditórios		0,0		0,0		0,0
Créditos vencidos		0,0		0,0		0,0
Total Dir. Creditórios		0,0		0,0		0,0
Títulos Públicos		0,0		0,0		0,0

Outros Títulos de R Fixa	2.021.954	98,4	1.992.346	97,3	2.607.383	100
Saldo Tesouraria	43.046	2,1	67.962	3,3		0,0
Total Geral da Carteira	2.065.000	100,5	2.060.309	100,6	2.607.383	101,1
PDD		0,0		0,0		0,0

Composição da Carteira


Posição do PL								
Data	Cota Sênior			Cota Subordinada				\$ Total do PL
	Quant.	\$ / Unid.	\$ Total	Quant.	\$ / Unid.	\$ Total	% do PL	
31/3/2009			-	2,6453	975.038,32	2.579.221,99	100,00%	2.579.221,99
27/2/2009			-	2,0818	986.991,34	2.054.735,49	100,00%	2.054.735,49

Rentabilidade Mensal da Cota					
Data	CDI (%)	Cota Sênior		Cota Subordinada	
		Rent. (%)	% CDI	Rent. (%)	% CDI
31/3/2009	0,97			-1,21	-125,30

Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de *default*. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: www.austin.com.br

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ADMINISTRADORA E COORDENADORA

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

GESTORA

BNY MELLON GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.

CUSTODIANTE

DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO

CONSULTORA DE CRÉDITO

SILVERADO INFORMAÇÕES CADASTRAIS LTDA.

CONSULTORES LEGAIS

SOUZA, CESCON AVEDESIAN, BARRIEU E FLESCH ADVOGADOS

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

AUDITORES

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES



(11) 3231-3003

winnerpublicidade.com